

VALQUIRIA BISARRO LOUREIRO

**DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS DOS IMIGRANTES
BRASILEIROS DE ACORDO COM SUA ORIGEM: UM ESTUDO DOS
FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA AS REGIÕES SUDESTE, NORTE E
CENTRO-OESTE**

Dissertação apresentada á Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

L892d
2018

Loureiro, Valquiria Bizarro, 1989-
Diferencial de rendimentos dos imigrantes brasileiros de acordo com sua origem : um estudo dos fluxos migratórios para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste / Valquiria Bizarro Loureiro. – Viçosa, MG, 2018.
x, 63 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Elvânio Costa de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 56-61.

1. Mercado de trabalho. 2. Emigração e imigração.
3. Diferenças salariais. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Economia. II. Título.

CDD 22. ed. 331.12

VALQUIRIA BISARRO LOUREIRO


**DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS DOS IMIGRANTES
BRASILEIROS DE ACORDO COM SUA ORIGEM: UM ESTUDO DOS
FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA AS REGIÕES SUDESTE, NORTE E
CENTRO-OESTE**

Dissertação apresentada á Universidade
Federal de Viçosa como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em
Economia, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 28 de fevereiro de 2018.


Lorena Vieira Costa Lelis


Evandro Camargos Teixeira


Elvanio Costa de Souza
(Orientador)

Dedico este trabalho ao meus pais
Claudio (*in memorian*) e Edna, por
terem sido minha inspiração e meu
apoio em todos momentos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Claudio Loureiro (*in memorian*) e Edna Bisarro Loureiro pelo apoio, amor e compreensão que sempre dedicaram a mim e que me transformaram na pessoa que me tornei.

Ao meu pai um agradecimento especial pelos conselhos e sonhos divididos, seguimos juntos, independente de qualquer coisa. A minha mãe o agradecimento pelo amor e a confiança que sempre depositou em mim, você é meu porto seguro.

Aos meus amigos do mestrado, um agradecimento por todo apoio e conhecimento compartilhado, especialmente aos meus queridos Felipe Miranda e Dominic Doula Ribeiro que me ajudaram em todos os momentos.

Aos meus amigos que me acompanharam ao longo dessa jornada em Viçosa meu mais sincero agradecimento, vocês se tornaram minha família viçosense, em especial meus irmãos de vida, Tulio Vargas, Amanda Barbosa e Leticia Soares.

À minha namorada Heloisa Bonelli, por estar ao meu lado nos momentos bons e ruins e sempre me dar motivação para alcançar meus objetivos.

Ao meu orientador Elvanio Costa de Souza, pelo empenho em me orientar da melhor maneira possível e ter me ajudado a tornar realidade este trabalho.

Ao meu coorientador Evandro Camargos Teixeira por me acompanhar desde a graduação e por ter feito contribuições valiosas a este trabalho. Ao membro da banca Lorena Vieira Costa Lelis meu agradecimento pela disponibilidade e contribuição.

Por último, gostaria de agradecer à Viçosa por ter tornado prazeroso cada processo da minha formação e pelas amizades e experiências que me proporcionou.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	ix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1- Considerações iniciais	1
1.2- O problema e sua importância.....	4
1.3- Hipótese	7
1.4- Objetivo geral	7
1.5- Objetivos específicos.....	7
2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS ENTRE 1986 E 2010.....	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3.1- Teoria Econômica da Discriminação.....	17
3.2- Teoria da Sinalização.....	20
4. METODOLOGIA.....	23
4.1- Equação de rendimentos de Mincer	23
4.2- Procedimento de Heckman	29
4.3- Fonte e tratamento dos dados	34
5. RESULTADO E DISCUSSÃO	35
5.1- Análise descritiva dos dados	36
5.2 - Análise das equações de rendimento.....	43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXO - RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES DAS EQUAÇÕES DE SELEÇÃO.....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Migração total entre as regiões brasileiras no período 1986/2010.....	9
Figura 2 – Volume de imigração, emigração e saldo migratório na Região Norte do Brasil no período 1986/2010.....	9
Figura 3 – Volume de imigração, emigração e saldo migratório para a Região Nordeste no período 1986/2010.....	11
Figura 4 – Volume de Imigração, Emigração e Saldo Migratório para Região Sudeste no período 1986/2010.....	12
Figura 5 – Volume de Imigração, Emigração e Saldo Migratório para Região Sul no período 1986/2010.....	13
Figura 6 – Volume de Imigração, Emigração e Saldo Migratório para Região Centro-Oeste no período 1986/2010.....	14
Figura 7 – Panorama geral da migração nas grandes regiões brasileiras (em milhões de pessoas) no período 1986/2010.....	15
Figura 8 – <i>Feedback</i> informacional da Teoria da Sinalização.....	22
Figura 9 – Distribuição da população total entre migrantes e não migrantes (em termos percentuais) para o ano de 2015.....	37
Figura 10 - Renda média de migrantes e não migrantes (em unidades monetárias) para o ano de 2015.....	38
Figura 11 – Média de experiência para migrantes e não migrantes (em anos) para o ano de 2015.....	38
Figura 12 – Distribuição dos imigrantes de acordo com o sexo (em termos percentuais) para o ano de 2015.....	39
Figura 13 – Distribuição dos imigrantes de acordo com a raça (em termos percentuais) para o ano de 2015.....	40
Figura 14 – Distribuição dos imigrantes de acordo com nível de escolaridade para o ano de 2015.....	41
Figura 15 - Distribuição dos imigrantes de acordo com área censitária (em termos percentuais) para o ano de 2015.....	42
Figura 16 – Distribuição dos imigrantes de acordo com setor de atividade em termos percentuais) para o ano de 2015.....	43
Figura 17 – Distribuição dos imigrantes de acordo com região de origem para o ano de 2015.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis utilizadas na equação de rendimentos.....	27
Tabela 2 – Tabela 2: Variáveis utilizadas na equação de seleção.....	31
Tabela 3 – Equação de rendimento para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte para o ano de 2015.....	45
Tabela A.1- Resultados das equações de seleção para o Centro-Oeste.....	63
Tabela A.2- Resultados das equações de seleção para o Sudeste.....	63
Tabela A.1- Resultados das equações de seleção para o Centro-Oeste.....	64

RESUMO

LOUREIRO, Valquiria Bizarro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2018. **Diferencial de Rendimentos dos Imigrantes Brasileiros de Acordo com sua Origem: Um Estudo dos Fluxos Migratórios para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste.** Orientador: Elvanio Costa de Souza.

A migração da população para uma nova localidade é um fenômeno intenso no Brasil que se relaciona, na grande maioria das vezes, com a busca de melhores condições econômicas. O êxito do processo migratório está relacionado com as condições encontradas pelo imigrante na inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente os rendimentos alcançados pelo mesmo na região para a qual se mudou, entretanto, essa inserção pode ser dificultada em virtude da existência de discriminação. A Teoria Econômica da Discriminação prevê que fatores não produtivos são levados em consideração na tomada de decisão dos empregadores na contratação de mão-de-obra, e a teoria da Sinalização assume que o rendimento pago aos trabalhadores é função da expectativa que o empregador tem em relação a produtividade marginal de determinado grupo. Presume-se que a demanda por trabalho apresenta tendências distintivas não apenas diante de fatores como raça e sexo, mas também em virtude de processos migratórios, visto que a inserção de imigrantes no mercado de trabalho pode apresentar obstáculos, tanto em função da condição migratória, quanto em relação à região da qual se originam esses imigrantes. Este trabalho propõe uma análise dos hiatos salariais existentes no mercado de trabalho para estabelecer em que proporção a região brasileira da qual se origina o migrante tem relação com sua colocação no mercado de trabalho. Foi utilizada a Equação de Rendimentos de Mincer para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste, a fim de determinar quais fatores são mais determinantes no nível de rendimento dos trabalhadores, sendo usados os microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2015 como base de dados. Verificou-se que para os trabalhadores em geral fatores referentes ao nível educacional, experiência, sexo, região censitária, raça, setor da construção e serviços e sindicalização apresentaram resultados semelhantes em todas as regiões analisadas, ou seja, trabalhadores de maiores níveis educacionais, com mais experiência, do sexo masculino, que exercem atividade em setor de construção e serviços, que trabalham em regiões urbanas e metropolitanas, que são de raça branca e que são sindicalizados são mais bem remunerados. Além disso, verificou-se que na maioria dos casos os trabalhadores imigrantes são positivamente selecionados nas regiões

para as quais se destinam, com exceção dos imigrantes nordestinos que tanto na região Sudeste quanto na região Centro-Oeste obtiveram retornos negativos nos rendimentos, enquanto na região Norte obtiveram acréscimos inferiores àqueles obtidos pelos imigrantes das demais regiões. Os resultados ilustram um cenário desigual tanto em relação à qualidade de inserção dos imigrantes do Nordeste no mercado de trabalho quanto em relação aos os nativos da própria região, uma vez que estes recebem, na maioria dos casos, menos do que os imigrantes.

ABSTRACT

LOUREIRO, Valquiria Bisarro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2018. **Differences in Income of Brazilian Immigrants according to their Origin: A Study of Migration Flow for Southeast, North and Central West Regions.** Adviser: Elvanio Costa de Souza.

The migration of the population to a new locality is an intense phenomenon in Brazil that is related, in most cases, to the search for better economic conditions. The success of the migration process is related to the conditions encountered by the immigrant in the labor market and, consequently, the income achieved by the immigrant in the region to which he has moved, however, this insertion can be hampered by the existence of discrimination. The Economic Theory of Discrimination predicts that non-productive factors are taken into account in the decision-making of employers in the hiring of labor, and the Signalization theory assumes that the income paid to workers is a function of the expectation that the employer has in relation to the marginal productivity of a given group. It is assumed that the demand for work presents distinctive trends not only in relation to factors such as race and sex, but also due to migratory processes, since the insertion of immigrants in the labor market may present obstacles, both due to the migratory condition, and in relation to the region from which these immigrants originate. This paper proposes an analysis of wage gaps in the labor market in order to establish in which the Brazilian region from which the migrant originates is related to their placement in the labor market. The Mincer Income Equation was used for the Southeast, North and Central-West regions in order to determine which factors are most determinant in the workers income level, using the microdata from the National Household Sample Survey (PNAD) of 2015 as the database. It was verified that for workers in general factors related to educational level, experience, sex, census region, race, construction sector and services and unionization presented similar results in all the analyzed regions, that is, workers with higher education levels, with more experience, male, engaged in activity in the construction sector and services, who work in urban and metropolitan regions, who are white and are unionized are better paid. In addition, it was verified that in most cases immigrant workers are positively selected in the regions for which they are intended, with the exception of the Northeastern immigrants, who in the Southeast and Central-West regions obtained negative returns in income, while in the region Norte obtained lower rates than those obtained by immigrants from other regions. The results illustrate an

unequal scenario both in terms of the quality of insertion of immigrants from the Northeast in the labor market and in relation to the natives of the region itself, since in most cases they receive less than immigrants.

1. INTRODUÇÃO

1.1- Considerações Iniciais

A migração pode ser definida como a mobilidade espacial da população, sendo que tal movimentação pode ocorrer de determinada região de origem para um novo país, estado, região, cidade ou até mesmo um novo domicílio. Golgher (2004) enfatiza que o conceito faz referência à população que morava em determinada localidade e atravessou sua fronteira para morar em outro destino, de tal forma que esse indivíduo será considerado como emigrante na sua região de origem e imigrante em sua região de destino.

A retrospectiva histórica demonstra que as migrações acompanham os processos de mudança social ao longo dos tempos. Castels (2010) considera que o ritmo acelerado dessas mudanças na sociedade em conjunção com o desenvolvimento do mercado capitalista mundial a partir do século XVI, com a onda de industrialização do século XIX e a expansão do processo de globalização observado no século XX foram a razão para expansão dos movimentos migratórios. Para Martine (2005) o processo globalizatório é responsável por expressivas elevações nos números de imigrantes, já que caracteriza-se por intercâmbio comercial e financeiro dentro de uma economia aberta, integrada e sem fronteiras.

Ainda que ocorra diferença nas taxas migratórias ao longo dos anos, os fatores que motivam o deslocamento da população seguem determinada tendência. Castro (2015) elucida que os principais motivadores para o processo migratório da população, tanto em nível nacional quanto em nível internacional, estão relacionados a fatores repulsivos na região de origem e atrativos no local de destino, o que explica o fato de determinados grupos de indivíduos estarem mais dispostos a realizar o deslocamento rumo a novos destinos. Além da repulsão e atração acima citadas, são também considerados como determinantes características pessoais dos imigrantes, como idade, sexo e educação.

As migrações internacionais de acordo com Marinucci e Milesi (2005) constituem um espelho das assimetrias nas relações sócio econômicas vigentes. Os autores apontam que mesmo com uma diversificação dos destinos procurados pelos imigrantes, as migrações internacionais continuam bastante concentradas, de forma que, para o ano de 2005, 20% do total de imigrantes estava localizado nos Estados Unidos.

Como destacado por Kurz (2005), a dinâmica internacional da migração está diretamente relacionada com as disparidades econômicas entre Norte e Sul, uma vez que a existência de países economicamente mais ricos e países em desenvolvimento aumenta a pressão social, que leva ao escoamento global da força de trabalho em direção aos países economicamente mais desenvolvidos. Nesse sentido, Castels (2004) conclui que o cenário internacional de migração é causado pela crise nas relações Norte-Sul, provocada pelas diferenças de desenvolvimento e pela elevada desigualdade.

No Brasil, o desinteresse e a atração por determinadas regiões brasileiras também estão relacionados com as condições econômicas de cada uma delas. Assim, como destacado por Baeninger (2000), as grandes diferenças de crescimento econômico das regiões brasileiras, bem como as discrepâncias na oferta de emprego e dos salários recebidos em cada uma dessas regiões têm grande impacto na determinação das áreas de grande evasão populacional e daquelas que são mais atrativas para a população que migra.

Como as discrepâncias regionais são consideradas a mola propulsora para ocorrência dos fluxos migratórios, o processo de migração pode ser entendido essencialmente como o deslocamento da força de trabalho em busca de melhoria nos rendimentos obtidos no mercado de trabalho e na qualidade de vida. Mendonça (2014) aponta que embora exista uma gama de fatores tanto individuais quanto sociais que estimulam a migração, o fator laboral é a motivação de muitos fluxos migratórios, tanto internos quanto internacionais, sendo estimado que 90% das pessoas que migram são trabalhadores.

Além da característica de alta motivação laboral, os imigrantes brasileiros possuem um perfil migratório específico, que pode ser analisado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015. Segundo a pesquisa, aproximadamente 40% da população mora em Unidade Federativa (UF) distinta daquela que nasceu. Quando o gênero do imigrante é levado em consideração, é possível observar que 38,5% das mulheres realizaram processo de deslocamento espacial, percentual que chega a 40,5% quando se tratam de imigrantes do sexo masculino. Além disso, é possível observar que, em relação ao estado civil, os imigrantes casados superam os solteiros em aproximadamente 7%, e que quando a raça é levada em consideração o número de imigrantes brancos supera em quase 1% a de negros. Por fim, em relação à escolaridade é notório que os grupos que mais realizam mudança espacial são o dos imigrantes que possuem graduação e o dos que fizeram mestrado e doutorado, superando os grupos que possuem ensino médio e ensino fundamental.

Como os fluxos migratórios se dão basicamente entre regiões de repulsa e atração da mão-de-obra, é importante ressaltar as principais regiões das quais os imigrantes se originam e aquelas para as quais os mesmos se destinam. Através da análise dos dados da PNAD de 2015, observa-se que as regiões de maior atratividade para os imigrantes foram respectivamente a Sudeste, a Centro-Oeste e a Norte, enquanto que a região Nordeste se destaca como principal remetente de força de trabalho imigrante.

A grande entrada de imigrantes nas regiões destacadas acima pode ser explicada pelas suas características dos mercados de trabalho, em especial pela remuneração média de cada localidade. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano de 2013, a remuneração média mensal de um trabalhador formal na região Centro-Oeste é a maior do país, alcançando R\$ 2.867,00, seguida pelo Sudeste com valor de R\$ 2.425,00 e pela região Norte, com salários médios na base de R\$ 2.100,00.

Por outro lado, o notório escoamento de mão-de-obra migrante do Nordeste se deve às condições encontradas pelos trabalhadores oriundos da região. De acordo com a pesquisa de orçamentos familiares realizada pelo IBGE, em 2002 em 37% dos domicílios nordestinos a renda per capita não ultrapassava meio salário mínimo, o que justifica o grande deslocamento em busca de melhores condições.

A complexidade do processo migratório vai além da simples compreensão dos fluxos migratórios, mas compreende também os fatores motivadores do deslocamento e o êxito encontrado pelos imigrantes nas regiões para a qual se destinam. Como destacado acima, o fator laboral é o principal determinante na decisão do indivíduo de se mudar para uma nova localidade, dessa forma, a condição encontrada por ele na inserção no mercado de trabalho indica se o imigrante consegue alcançar seu o objetivo pelo qual decidiu migrar.

Nesse aspecto, tanto para imigração para outros países quanto para migrações dentro de determinado país, de acordo com Vilela (2008) é possível verificar desigualdades de posição ocupacional e rendimentos dos imigrantes no mercado de trabalho da sociedade hospedeira, além disso, quando comparados grupos de múltiplas origens localizados no mesmo destino, é possível perceber também diferenças nas posições econômicas entre imigrantes de grupos de origem diferentes, o que sugere a existência de entraves para absorção da mão-de-obra imigrante nos mercados das regiões de destino.

1.2- O problema e sua importância

Na subseção anterior mencionaram-se os motivos que levam os trabalhadores a migrar, entretanto, convém analisar a fundo os problemas que esses mesmos trabalhadores podem encontrar nas regiões de destino.

Vários estudos analisam questões do trabalho brasileiro, como destacado por Soares (2000), os tipos de diferenciação na remuneração mais facilmente identificáveis no mercado de trabalho são contra negros e mulheres, sendo outra forma comum de distinção aquela realizada em relação aos trabalhadores imigrantes. Com relação à participação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, Santin (2017) destaca que a movimentação de pessoas e trabalhadores de uma região para a outra provoca inúmeros problemas de adaptação social, cultural e econômica, e a ocorrência de tais fenômenos facilita a ocorrência de discriminação pelo povo receptor.

Como o processo migratório é acompanhado da necessidade de inserção no mercado de trabalho, a distinção em relação aos imigrantes, segundo Batista e Cacciamali (2009), acontece porque nas localidades de destino os atributos pessoais e produtivos do migrante passam a ter valores distintos daqueles alcançados no local de origem, o que traz à tona um acesso ao trabalho bastante diferenciado entre os imigrantes e não-imigrantes. Dessa forma, Cavalcanti (2015) enfatiza que, mesmo que na sua maioria os imigrantes tenham níveis educacionais significativos, no momento de incorporação no mercado de trabalho são inseridos em posição inferior ao seu grau de especialização ou experiência laboral prévia.

Em relação às posições empregatícias alcançadas pelos imigrantes, Piore (1979) enfatiza que o mercado de trabalho pode ser dividido entre setor primário e setor secundário, sendo o primeiro marcado por empregos estáveis, qualificados e bem remunerados, e o segundo caracterizado por empregos instáveis, com forte grau de desqualificação e baixos salários. Segundo o autor, existe uma tendência de os trabalhadores locais serem recrutados no setor primário e de as atividades de caráter secundário serem dominadas por recrutamento de imigrantes.

A compreensão da discriminação sofrida pelo imigrante em relação à sua origem se torna fundamental, pois envolve um desrespeito aos direitos fundamentais do trabalho e representa um custo social que pode ser traduzido como desperdício de recursos e talentos que afeta diretamente a produtividade da sociedade. Como expressado por Filho *et al* (2009), tal fenômeno traz consigo entraves ao processo de atenuação das desigualdades regionais do Brasil, visto que o processo migratório é compreendido como

rearranjo espacial dos trabalhadores das zonas econômicas periféricas para as zonas mais robustas.

Tendo em vista a possível discriminação sofrida pelo imigrante, e dando enfoque para a dificuldade que encontra de entrar no mercado de trabalho da região de destino, é necessária uma análise mais aprofundada sobre os fatores que levam a tais atos discriminatórios. Dessa forma, este estudo procura responder à seguinte questão: a região de origem afeta os rendimentos obtidos pelos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho para qual se destinam?

Ao longo dos anos, vários estudos acerca da migração se desenvolveram para responder questões sobre o fenômeno, em especial para responder a questão sobre os rendimentos obtidos pelos imigrantes no mercado de trabalho de destino. No âmbito internacional, LaLonde e Topel (1992) realizaram um estudo para determinar a assimilação dos imigrantes de diferentes etnias no mercado de trabalho dos Estados Unidos e concluíram que, de forma geral, a assimilação da mão-de-obra imigrante no mercado norte-americano tem ocorrido com maior facilidade ao longo dos anos. Os autores observaram que os imigrantes mexicanos recebem menores rendimentos que os imigrantes europeus por apresentarem menores estoques de capital humano.

Outro trabalho que aponta para existência de diferenciação nas condições de ingresso dos imigrantes no mercado de trabalho internacional foi realizado por Fussell (2009). A autora analisa o grande montante de imigrantes que se direcionou para Nova Orleans em busca de inserção no mercado de trabalho após o furacão Katrina em função das oportunidades surgidas da necessidade de limpeza e reconstrução da cidade. Em seu estudo, a autora buscou entender em qual grau a nacionalidade do imigrante determina sua velocidade de inserção no mercado e chegou à conclusão de que quando comparados imigrantes brasileiros, mexicanos e nicaraguenses, os dois primeiros grupos têm maior facilidade de inserção, uma vez que o último apresenta maiores dificuldades com a língua inglesa e menor capacidade de adaptação.

Na literatura nacional, o estudo realizado por Vilela (2008) analisa os fatores de discriminação dos imigrantes internacionais das mais diversas origens no mercado de trabalho brasileiro, tomando como base as diferenças de rendimentos entre nativos e imigrantes. Os resultados encontrados pela autora apontam que os imigrantes internacionais conseguem um *status* ocupacional superior aos nativos, com forte influência do local de origem.

De forma oposta, quando são considerados imigrantes nacionais, ou seja, que se deslocaram dentro do Brasil, os resultados indicam existência de entraves de inserção no mercado de trabalho. Silva (2008), que pesquisou sobre o impacto de fatores sociais e culturais na estrutura produtiva e inserção dos nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, concluiu que os empregadores não avaliam apenas o capital humano, mas também questões referentes à cor, raça, sexo e origem na decisão sobre contratar os trabalhadores imigrantes, o que ocasiona discriminação em relação aos imigrantes da localidade analisada no estudo.

Outra pesquisa realizada em âmbito nacional foi a de Assis (2011), que em busca de compreender os novos arranjos familiares provocados pelo processo migratório colocou em questão, além de outros fatores, o diferencial de rendimentos entre imigrantes no Brasil. Entretanto, de forma oposta ao presente trabalho o autor dá enfoque ao diferencial de ganhos de acordo com sua região de destino do imigrante, e conclui que com exceção da região Sudeste, em que a população imigrante é considerada menos produtiva quando comparada à população nativa, os indivíduos que se deslocam para as demais regiões brasileiras são considerados mais produtivos e, conseqüentemente, apresentam melhores rendimentos.

Quando é levada em conta a migração de trabalhadores paulistas e dos demais estados brasileiros para a região Metropolitana de Campinas, Branchi e Barretto (2010) também identificam a existência de discriminação. Dividindo a população economicamente ativa entre não-imigrantes, imigrantes intraestaduais e imigrantes interestaduais, os autores observaram que a população proveniente de cidades dentro do estado de São Paulo encontra melhores e mais promissoras condições de trabalho quando comparados àqueles quem têm como origem outros estados brasileiros.

Ainda que existam trabalhos na literatura que enfoquem a questão discriminatória existente no processo de migração brasileiro, é possível notar uma carência em relação à abrangência dos estudos realizados, visto que muitos deles tem sua análise focalizada em regiões brasileiras específicas ou grupos de imigrantes específicos. Dessa forma, o presente trabalho busca fornecer uma análise mais ampla do fenômeno descrito, analisando cada uma das regiões brasileiras como emissora e as principais regiões de atração como receptoras de imigrantes, ou seja, identificando o nível de diferença salarial existente na região e detectando em que nível os imigrantes originados de cada uma das regiões brasileiras são discriminados nas demais.

Além disso, diante do notório impacto da região de origem nos rendimentos obtidos pelos imigrantes, o presente estudo busca contribuir para a compreensão desse problema tanto com a utilização de dados mais recentes, quanto com a comparação dos efeitos entre as principais áreas de atração de imigrantes da atualidade (regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte).

Com base nos resultados obtidos espera-se fornecer uma visão abrangente da atualidade migratória do país, de modo que as políticas migratórias já existentes sejam mais bem norteadas em benefício de maiores igualdades de condição entre os imigrantes internos e a população nativa. De forma geral, a Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante, a mais recente política aprovada acerca do tema, tem como preocupação principal a obtenção de direitos e condições estáveis para imigrantes internacionais que se inserem no território brasileiro. Entretanto, são escassas as políticas públicas voltadas especificamente aos imigrantes internos do Brasil, justificando a necessidade de realização do presente estudo.

1.3- Hipótese

A região de origem dos imigrantes brasileiros é parte determinante do rendimento obtido por eles na região de destino.

1.4- Objetivo geral

Analisar em que magnitude a região de origem do imigrante afeta seus rendimentos no mercado de trabalho.

1.5- Objetivos específicos

- a) Verificar para cada uma das regiões de destino o diferencial de rendimentos entre imigrantes e nativos;
- b) Identificar os imigrantes originados de qual região brasileira apresentam maiores variações no salário recebido no mercado de trabalho de destino;
- c) Especificar em qual das regiões de maior atração da mão-de-obra imigrante ocorre maior discrepância salarial entre imigrantes e nativos.

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS ENTRE 1986 E 2010

A dinâmica migratória brasileira vem sofrendo grandes transformações desde a década de 1980, distanciando-se da tradicional caracterização das áreas de expulsão e atração comumente conhecidas. De acordo com Queiroz (2011), tais modificações se deram especialmente em virtude de mudanças no cenário econômico, uma vez que o deslocamento geográfico é tratado como a resposta dos indivíduos às diversas situações de ordem econômica.

Como destacado por Cunha (2006), as informações referentes aos deslocamentos migratórios só passaram a ser incorporadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 1992, justificando a baixa produção de estudos sobre a temática nos anos anteriores. Outro fator limitante à análise abrangente do fenômeno migratório brasileiro era a não inclusão da zona rural da região Norte, limitação que encontra solução a partir da PNAD de 2004, quando as informações são expandidas também para essa região.

Uma alternativa possível para análise migratória anterior à incorporação de questões referentes a tal processo na PNAD é a utilização dos dados dos Censos Demográficos decenais, como foi feito na pesquisa realizada por Oliveira e Simões (2004). Queiroz e Santos (2016), Queiroz e Baeninger (2010) e Baeninger (2012) utilizam como base de dados os Censos Demográficos e as PNADs de diversos anos para determinar o número de migrantes que ingressaram e saíram de cada uma das grandes regiões brasileiras entre os anos de 1986 e 2010. Ademais, é possível fornecer um panorama acerca dos saldos migratórios (a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes) de cada uma das regiões brasileiras no período.

É possível observar pela Figura 1 que o número de pessoas que migraram de sua região de residência aumentou aproximadamente 3,6% entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000, mas diminuiu entre 1995/2000 e 2005/2010. Segundo Hekkert e Martine (2006), tal redução poderia apontar para uma mudança considerável no nível de deslocamentos espaciais de grande distância (entre as grandes regiões do território brasileiro).

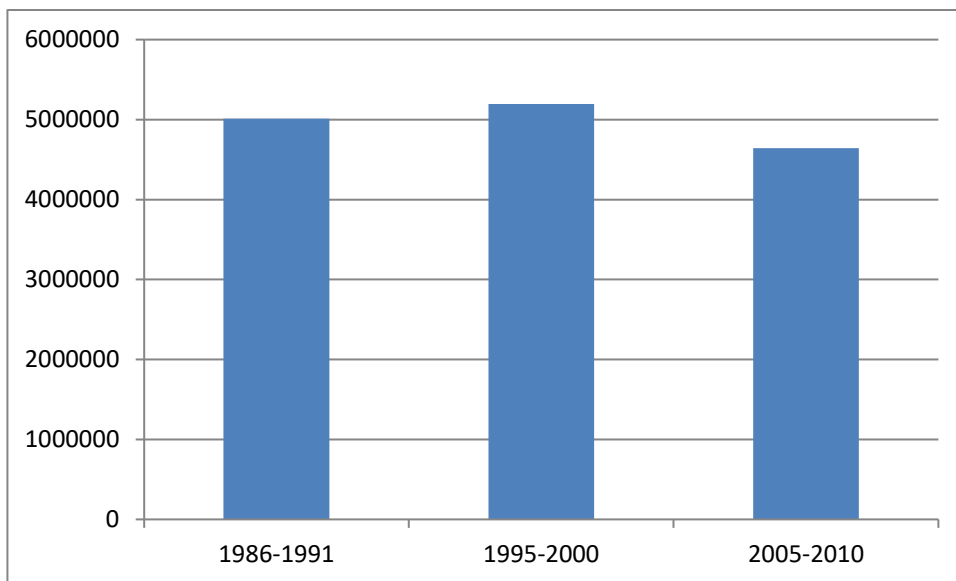


Figura 1 - Migração total entre as regiões brasileiras no período 1986/2010
 Fonte: Baptista, Campos e Rigotti 2016.

Para melhor compreensão dos deslocamentos é importante que seja feita uma análise desagregada de cada Região brasileira. As movimentações populacionais na Região Norte entre 1986 e 2010 estão ilustradas na Figura 2.

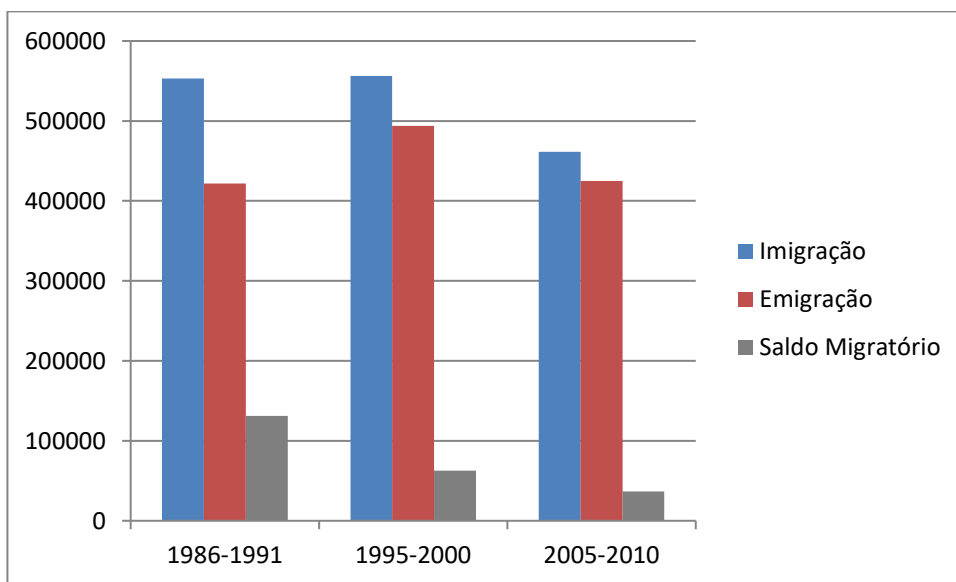


Figura 2 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório na Região Norte do Brasil no período 1986/2010.
 Fontes: Baptista, Campos e Rigotti 2016.

Embora o saldo migratório da região Norte seja positivo nos quinquênios analisados (o número de imigrantes que se deslocaram para a região Norte foi maior que o número de emigrantes que deixaram a região), é notório seu constante declínio no período compreendido entre 1986/2010, e tal resultado, de acordo com Queiroz e Santos (2016), reflete a característica cíclica da atividade extrativista da região Norte (ciclo da borracha, expansão da fronteira agrícola e exploração mineral).

Durante o quinquênio 1986-1991, a região apresentou saldo migratório de 131.223 migrantes, valor reduzido para 62.691 no período seguinte e 9.699 entre os anos 2001 e 2006. Baeninger (2004) evidencia que tal redução está intimamente ligada ao esgotamento da capacidade extrativista e explanatória da região. De acordo com a autora, por ter sido considerada uma área de fronteira em expansão, a região um grande influxo de pessoas na década de 1970, porém o esgotamento econômico trouxe a perda de dinamismo populacional no período posterior à década de 1990.

Ainda que a Região Norte apresente melhora nos saldos migratórios entre 2005 e 2010, os números permanecem distantes dos elevados valores alcançados em quinquênios anteriores, uma vez que são valores aproximadamente 72% inferiores ao observado no quinquênio 1986/1991, e 41,8% menores que o do período 1995/2000, comprovando a perda de atratividade da região.

De forma oposta aos valores apresentados pela região Norte, a Região Nordeste, que é conhecida historicamente como um centro de expulsão de migrantes apresenta saldos migratórios negativos para todos os períodos analisados.

Entretanto, Figura 3 mostra que, embora a localidade apresente maior número de emigrantes do que de imigrantes em todos os quinquênios, o saldo negativo apresentou uma leve redução entre os períodos 1995/2010.

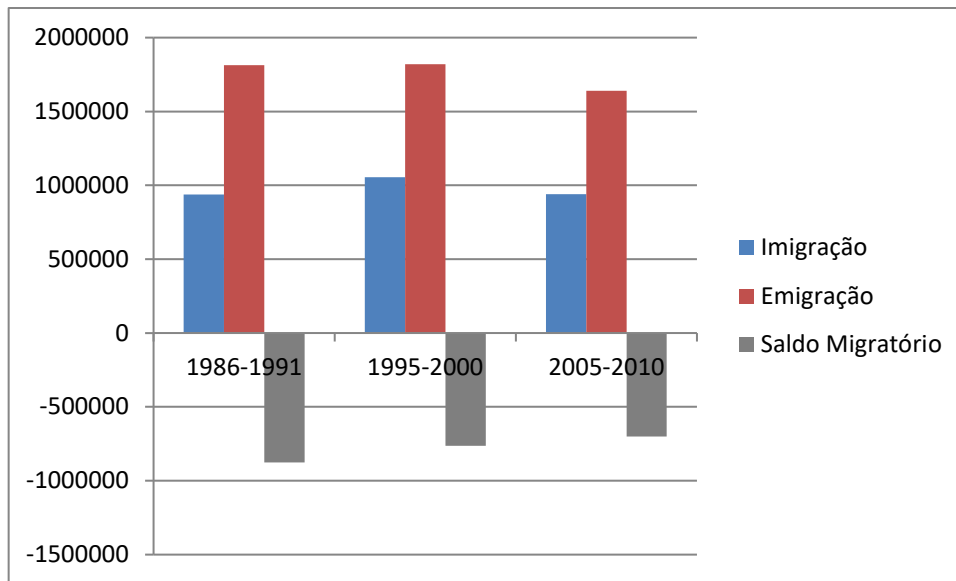


Figura 3 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório para a Região Nordeste no período 1986/2010.

Fontes: Baptista, Campos e Rigotti, 2016.

Queiroz e Santos (2011) apontam que durante séculos a Região Nordeste esteve relacionada a atividades primárias com baixo índice de desenvolvimento, o que gerou longos períodos de emigração em direção a outras regiões brasileiras, e que a reversão dessa tendência tem como fonte o ciclo de investimentos na atividade produtiva da região. Além disso, Queiroz e Baeninger (2010) apontam que a melhoria nos saldos migratórios indica a força da migração de retorno para a região, especialmente em virtude das condições encontradas pelos imigrantes nas áreas de destino.

Ainda sobre a elevação nos fluxos de retorno para o Nordeste, Hakkert e Martine (2006) destacam que houve uma ruptura do padrão histórico da migração inter-regional entre Nordeste e Sudeste, de tal forma que o fluxo migratório do Sudeste para o Nordeste, dominado em grande parte pelas migrações de retorno, representa o segundo fluxo inter-regional mais importante do período 1995/2000.

Entretanto, ainda que tenha ocorrido uma melhora no saldo migratório da região no quinquênio 2005/2010, o valor permanece negativo na ordem de 701.078. Baptista, Campos e Rigotti (2016) enfatizam que embora tenha ocorrido uma diversificação das regiões de atração para os imigrantes nordestinos, o estado de São Paulo permanece como o principal destino, sendo o estado da Bahia não só a principal fonte de emigrantes para São Paulo, mas também o principal responsável pelos saldos migratórios negativos da região do Nordeste.

A Figura 4 mostra que a Região Sudeste, conhecida historicamente como a região que mais recebe imigrante, apresentou perda do poder de atração de entre os anos 1986 e 2010. Com uma redução progressiva no saldo migratório, é possível observar uma diminuição de quase 30% entre os anos 1986/2010, o que em termos absolutos representa uma contração de aproximadamente 1.340.092 imigrantes ao longo dos anos analisados. Cano (1997) aponta que a drástica redução dos saldos migratórios se deu em virtude da maturação dos investimentos nas outras regiões do país, o que gerou uma desconcentração produtiva, aumentando a atratividade migratória de outras regiões brasileiras.

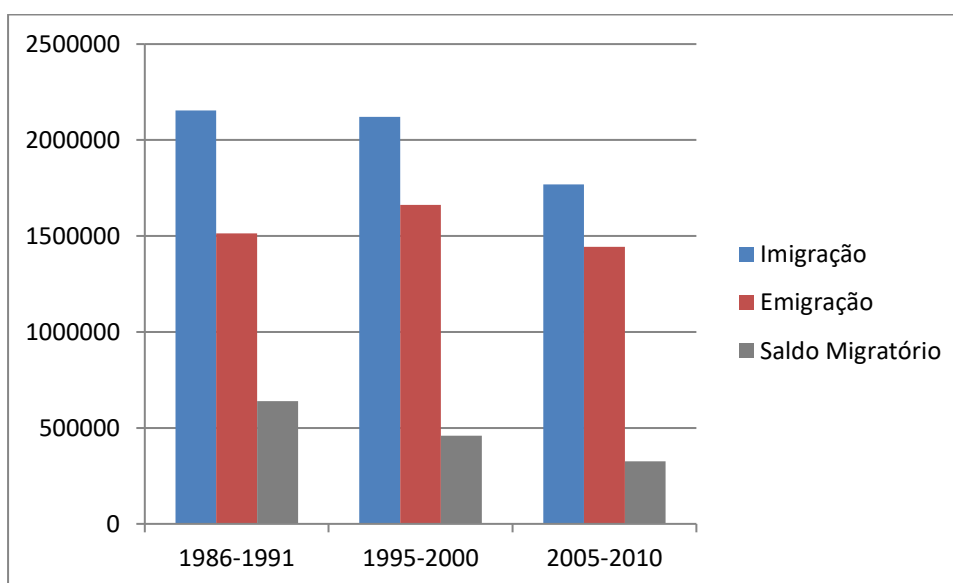


Figura 4 -: Volume de Imigração, Emigração e Saldo Migratório para Região Sudeste no período 1986/2010.

Fontes: Baptista, Campos e Rigotti, 2016.

De forma oposta àquela observada na Região Sudeste, a Região Sul vem apresentando relativa elevação no seu poder de atração de migrantes ao longo do período 1986/2010, conforme consta na Figura 5. Entre 1986 e 1991, a região registou um saldo migratório negativo da ordem de 185.369 migrantes, sendo que tal situação foi revertida nos anos posteriores, culminando em um saldo migratório positivo 76.293 migrantes no quinquênio 2005/2010.

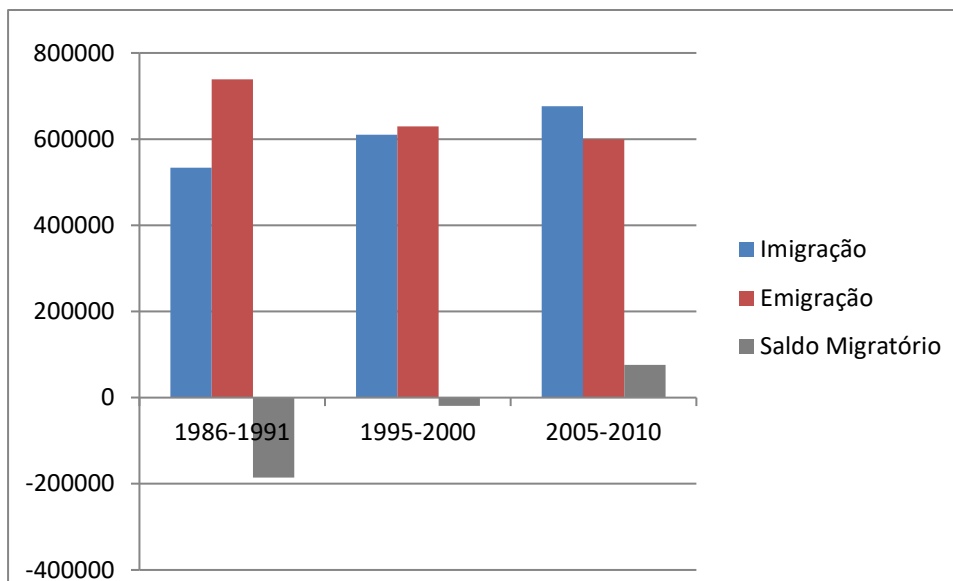


Figura 5 - Volume de Imigração, Emigração e Saldo Migratório para Região Sul no período 1986/2010.

Fontes: Baptista, Campos e Rigotti, 2016.

Entre os períodos 1986/1991 e 2005/2010 ocorreu um aumento de aproximadamente 22% na entrada de imigrantes na Região e, em contrapartida, uma redução de 19% na saída de emigrantes. De acordo com Baptista, Campos e Rigotti (2016), o aumento expressivo de imigrantes que chegaram à Região Sul nos últimos anos é resultado de dois fenômenos diferentes: a redução significativa da perda líquida de população para a Região Sudeste, em especial para o Estado de São Paulo, e o aumento de imigrantes retornados dessa mesma localidade.

Conforme evidencia a Figura 6, em todos os períodos analisados a Região Centro-Oeste obteve saldos migratórios positivos, ainda que tenham decrescido ao longo dos anos.

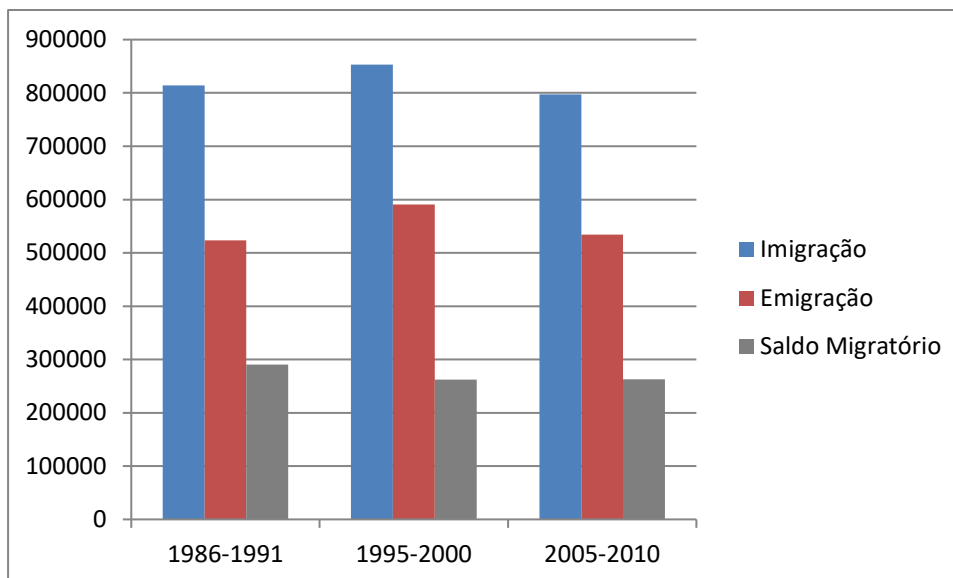


Figura 6 - Volume de Imigração, Emigração e Saldo Migratório para Região Centro-Oeste no período 1986/2010.

Fontes: Baptista, Campos e Rigotti, 2016.

No período 1986/1991, o saldo migratório obtido pela região foi de 290.559 migrantes, número inferior apenas ao alcançado pela Região Sudeste no mesmo período. Nos dois quinquênios seguintes, houve redução dos saldos migratórios da região, com uma pequena recuperação no período 2005/2010, o que segundo Baeninger (2016), reforça o caráter redistributivo do cenário migratório atual.

Para Diniz (1995), a expansão agrícola da Região Centro-Oeste foi determinante para a desconcentração espacial do território brasileiro. Guimarães Neto (1997) destaca que o preço da terra na região bem como as soluções tecnológicas desenvolvidas para exploração agrícola dos cerrados foram pontos importantes para atração de novas iniciativas para a região, além dos encadeamentos para trás e para frente desse desenvolvimento agrícola, que atraíram para a região mão-de-obra para executar, além do plantio e colheita, atividades ligadas ao armazenamento, transporte e processamento dos grãos.

Uma análise global dos movimentos migratórios brasileiros no período 1986/2010 pode ser observada na Figura 7. No período 1986/1991 é possível perceber a predominância do fluxo migratório Nordeste-Sudeste, com 1.814.211 emigrantes deixando a Região Nordeste e 2.153.503 imigrantes ingressando na Região Sudeste. Este resultado reforça o que Cunha (2006) denomina de força redistributiva centrípeta, ou seja, em direção aos grandes centros, especialmente São Paulo. No mesmo período também é possível perceber a importância relativa da movimentação migratória em direção às

fronteiras, representadas pelas Regiões Norte e Centro-Oeste, que em conjunto receberam 1.367.406 imigrantes no período.

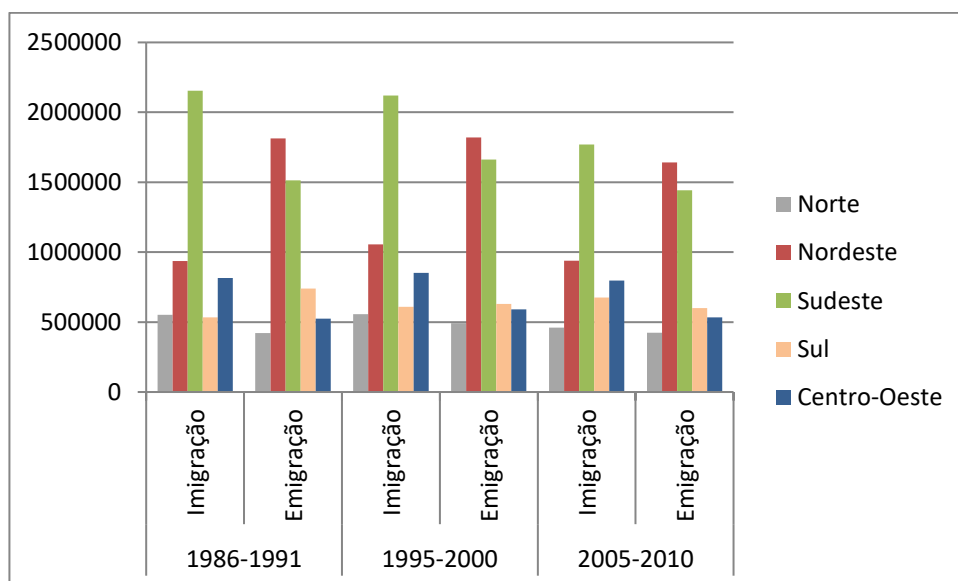


Figura 7 - Panorama geral da migração nas grandes regiões brasileiras no período 1986/2010.

Fontes: Baptista, Campos e Rigotti, 2016.

O quinquênio 1995/2000, por sua vez, deixa transparecer o que Cano (1977) define como fenômeno de desconcentração produtiva, ou seja, a perda do monopólio produtivo da Região Sudeste, e com isso passa-se a observar o aumento da tendência de migrações de retorno e surgimento de novos fluxos migratórios. Embora o Sudeste brasileiro permaneça como principal receptor de imigrantes, é possível perceber o aumento de emigrantes deixando a Região e um aumento da migração de retorno, ilustrada especialmente pela elevação no número de imigrantes que ingressaram na região Nordeste.

No último quinquênio analisado é possível perceber o ganho de importância da Região Centro-Oeste, que apresenta um dos melhores saldos migratórios dentre as localidades analisadas. Tal destaque do Centro-Oeste entre 2000/2010 está apoiado na grande atratividade do complexo de grãos-carne da região. Também é notória a importância do que Baeninger (2015) define como corredor da migração nacional: o fluxo Nordeste-Sudeste e agora o refluxo Sudeste-Nordeste, onde transitam os maiores níveis de migração no país.

Por sua vez, a Região Norte manteve saldos migratórios positivos ao longo dos anos, tanto em função da expansão da fronteira quanto pelas ações patrocinadas pelo

poder público. Oliveira (1996) enumera eixos ou polos de ocupação da região no decorrer do tempo: a Zona Franca de Manaus advinda da criação de um polo moderno de crescimento industrial; o polo de Carajás que tem suas atividades voltadas à extração de minérios feríferos e o polo agropecuário que se prolonga desde o Centro-Oeste até uma parte da região amazônica.

Os dados apresentados acima ilustram de forma ampla os movimentos migratórios brasileiros no período 1986/2010 e confirmam questões importantes sobre esse fenômeno. Com base na análise feita é possível perceber que, embora o número de indivíduos que migram para outras regiões brasileiras tenha sofrido uma leve diminuição, esse fenômeno permanece significativo o que justifica a realização de estudos acerca do tema.

Além disso, de acordo com as estatísticas apresentadas é possível observar que, embora o Sudeste tenha sofrido redução no número de imigrantes que ingressam na região, em números absolutos mantém-se como a localidade que mais atrai indivíduos originados das outras regiões brasileiras. Juntamente com a importância do Sudeste no cenário de migração brasileiro, é possível perceber a relevância do Norte e do Centro-Oeste em relação ao número de imigrantes que ingressaram nas regiões, visto que ambas as localidades apresentam saldos migratórios positivos para todos os períodos analisados e se destacam como importantes regiões de atração de imigrantes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do tempo várias teorias foram desenvolvidas a fim de explicar comportamentos observados no mercado de trabalho. No presente trabalho serão apresentadas duas abordagens para o diferencial de remuneração obtido por trabalhadores no ambiente laboral: a Teoria Econômica da Discriminação, que acredita na penalização dos trabalhadores em função da discriminação presente no comportamento do empregador condicionado a características não produtivas dos empregados, e a Teoria da Sinalização em que são levados em consideração pelo empregador para recrutar ou não determinado indivíduo, tanto características inalteráveis (“índices”) quanto os elementos pessoais passíveis de mudança em função de algum investimento (“sinais”).

3.1- Teoria Econômica da Discriminação

A discriminação no mercado de trabalho, de forma geral, é definida como o tratamento desigual dos trabalhadores em função de critérios irrelevantes para a atividade envolvida, de tal forma que Autor (2003) aponta para existência de tratamento diferenciado a membros de uma minoria quando comparados a membros de uma maioria.

O conceito de discriminação pode também compor o ambiente econômico, e como Cain (1984) destaca, existem duas grandes definições para discriminação econômica. A primeira compreende a desigualdade no bem-estar econômico dos indivíduos com base em sua cor, sexo ou laços étnicos, e a segunda faz referência à diferença de remuneração ou salários para grupos igualmente produtivos, sendo que as teorias nessa área lidam quase exclusivamente com o lado da demanda do mercado de trabalho e têm como desafio teórico explicar como trabalhadores de igual produtividade recebem salários desiguais.

Ainda segundo o autor, a discriminação na contratação de força de trabalho pode ser vista como a disposição do contratante a pagar para evitar contato com o grupo minoritário, ou em outras palavras, a disposição a pagar pelo contato com o grupo majoritário.

A teoria seminal sobre a discriminação no mercado de trabalho foi desenvolvida por Becker (1957), que exprime a medida do preconceito existente no comportamento do empregador em termos do valor que o mesmo assume pagar para obter a força de trabalho de grupo que considera preferível, discriminando dessa forma o grupo considerado por ele como não desejável.

Becker (1957) baseia seu modelo em uma estrutura neoclássica e incorpora o preconceito nas preferências dos indivíduos, associando ao comportamento discriminatório cálculos individuais entre custos e benefícios de manter relações econômicas com grupos de indivíduos com características minoritárias, ou seja, parte da noção do custo envolvido na contratação de grupos como características próprias.

Embora a Teoria da Discriminação proposta por Becker (1957) se concentre nos diferenciais de rendimento dos trabalhadores em função de sua raça ou gênero, uma adaptação pode ser feita para a discriminação presente no mercado de trabalho em relação aos trabalhadores imigrantes.

Ao levar em conta trabalhadores com características minoritárias, Becker desenvolve uma equação de utilidade do empregador, que adaptada para os trabalhadores imigrantes pode ser expressa por:

$$U = f(\pi, I) \tag{1}$$

Em que U representa a utilidade alcançada pelo empregador, π representa o lucro obtido por ele e I indica a presença de trabalhadores imigrantes.

Assim, de acordo com a equação (1), a utilidade do contratante estaria diretamente relacionada com o lucro obtido por ele e negativamente relacionada com a proporção de trabalhadores imigrantes, o que indica que, para o contratante discriminador estabelecer relações com trabalhadores desse grupo estaria relacionado com um decréscimo em sua utilidade. Dessa maneira, as utilidades marginais do lucro e da presença de imigrantes são dadas por $\frac{\partial U}{\partial \pi} > 0$ e $\frac{\partial U}{\partial I} < 0$.

Becker (1957) ainda considera que trabalhadores com características majoritárias e minoritárias são substitutos perfeitos, ou seja, ambos poderiam exercer as mesmas funções. Assim, a função de produção de determinada empresa, adaptada para a realidade migratória pode ser representada por:

$$y = y(L) = y(N + I) \tag{2}$$

Onde y representa o produto, L o total de empregados, N o número de trabalhadores nativos e I o de trabalhadores imigrantes.

Então, partindo de uma função de produção em que o produto é função da mão de obra e o total de trabalhadores empregados, (L) é a soma do número de trabalhadores nativos de determinada região (N) com os empregados imigrantes (I), de tal forma que Becker (1957) assume uma função de lucro do empregador discriminador expressa por:

$$\pi = py(L) - w_n N - w_i I \tag{3}$$

Onde o lucro (π) é obtido através da diferença entre o preço do produto e o valor dos salários pagos aos trabalhadores nativos (w_n) e os trabalhadores imigrantes (w_i).

Assim, em um mercado de trabalho que apresenta diferencial de rendimento em função de características pessoais, o autor aponta a existência de um coeficiente de discriminação de mercado (MDC) definido pela taxa diferencial de salários entre dois tipos de mão-de-obra perfeitamente substituíveis e representado por:

$$MDC = \frac{w_n - w_i}{w_i} \quad (4)$$

Tal coeficiente, que passará a ser chamado de d , representa a diferença proporcional entre os salários dos trabalhadores nativos (w_n) e os trabalhadores imigrantes (w_i). Ou seja, Becker (1957) propõe que a medida para a discriminação presente no comportamento do empregador é dada por um coeficiente d que descreve a intensidade de tal ato discriminatório, de tal forma que $0 \leq d < +\infty$.

Considerando um mercado de concorrência perfeita com trabalhadores de igual produtividade e um ambiente livre de ações discriminatórias, cada um dos grupos seria remunerado de acordo com sua produtividade, entretanto, quando ocorre a diferenciação entre grupos, o empregador percebe um custo mais elevado na contratação de trabalhadores imigrantes, de tal forma que :

$$W = w_i(1 + d) \quad (5)$$

Onde W representa o preço que o contratante percebe ao empregar um trabalhador que possua alguma característica não desejada por ele , w_i o salário que seria pago ao trabalhador se fosse levada em consideração apenas a sua produtividade e d o coeficiente que mensura o nível de discriminação sofrido por determinado grupo de trabalhadores.

Dessa forma, para o empregador discriminador, o salário pago para o trabalhador imigrante não será expresso apenas por w_i . Esse empregador agirá como se o custo referente à utilização desse tipo de mão-de-obra seja dado por $w_i(1 + d)$. Como d é um número positivo que representa a intensidade da discriminação, quanto maiores forem os valores desse coeficiente, maior a intensidade da discriminação sofrida pelo imigrante e por consequência maior o custo atribuído pelo contratante ao fato de contratar força de trabalho com essas características.

De fato, o preconceito em relação aos imigrantes gera uma ilusão sobre o real valor monetário envolvido na transação, de tal forma que o custo percebido pelo empregador será superior ao custo real. Assim, a condição necessária para minimização de custos é dada por:

$$\frac{Pmg_N}{Pmg_I} = \frac{w_n}{[w_i(1+d)]} \quad (6)$$

Onde Pmg_N e Pmg_I são as produtividades marginais dos dois trabalhadores, nativo e imigrante. Na ausência de discriminação para ambos os fatores o valor da produtividade marginal representa a curva de demanda por mão-de-obra, entretanto, se $d > 0$ existe um trade-off entre o lucro e a presença de trabalhadores imigrantes.

3.2- Teoria da Sinalização

A Teoria da Sinalização foi inicialmente desenvolvida por Michael Spence em 1974, no trabalho o autor pontua sobre existência de sinalização de algumas características entre indivíduos antes que algum contrato seja firmado entre eles.

Em especial, Spence (1974) desenvolve um modelo de sinalização para o mercado de trabalho, admitindo que os trabalhadores sejam sinalizadores das suas características e que os empregadores devem saber a forma correta de interpretar tais sinais a fim de realizar um investimento em um ambiente de incerteza, ou seja, tomar sua decisão sobre contratar ou não determinado indivíduo baseado nos sinais que o mesmo transmitiu e na sua expectativa perante tais características.

Spence (1974) pontua que o contratante não tem certeza da efetiva capacidade do contratado antes de contratá-lo nem logo depois que efetiva a contratação, o que torna o fato de contratar uma decisão de investimento sob incerteza, dessa forma o salário que será oferecido pelo empregador será consequência da percepção que o empregador tem a respeito de uma infinidade de dados pessoais e atributos observáveis do indivíduo.

Segundo o autor, atributos pessoais observáveis como raça e sexo são considerados fixos, visto que não podem ser transformados mediante investimento do indivíduo, a educação por outro lado é definida como uma característica alterável pois tempo e dinheiro podem ser investidos pelo trabalhador para que seu nível educacional seja alterado, assim, Spence (1974) passa a definir as características imutáveis como índices e aquelas que podem sofrer alterações como sinais.

Em um ambiente de incerteza, são esses sinais e índices que irão definir as crenças de um empregador a respeito da capacidade produtiva de determinado candidato de tal forma que o salário oferecido a esse empregado será o produto marginal esperado pelo contratante em relação às características do contratado.

De acordo com Spence (1974), o requerente a determinada vaga de emprego está sujeito aos custos de sinalização, pois como os sinais são características alteráveis, as mudanças no sinal transmitido incorrem em custos e o indivíduo decidirá se investe ou não para alterar algum sinal em função da alteração salarial que essa modificação irá lhe proporcionar, ou seja, ele altera seu sinal visando maximizar a diferença entre os custos de sinalização e salários oferecidos.

Para que o sinal possa distinguir de forma contundente um candidato de outro, o custo de sinalização deve ser negativamente relacionado com capacidade produtiva, caso contrário todos fariam investimentos nos seus sinais exatamente da mesma forma para que não pudessem ser diferenciados com base nesse aspecto, o que torna a correlação negativa um pré-requisito para que uma característica observável seja de fato um sinal informativo para o mercado.

Por outro lado, as expectativas do empregador em relação aos empregados são constantemente alteradas, isto porque apenas no momento em que algum candidato é contratado se torna possível observar em que grau as expectativas do contratante em relação a determinado sinal ou índice se confirmam, o que torna suas crenças ajustáveis a cada ciclo. Spence (1974) denomina o padrão descrito acima como *feedback* informacional, e seu funcionamento está ilustrado na figura 8.

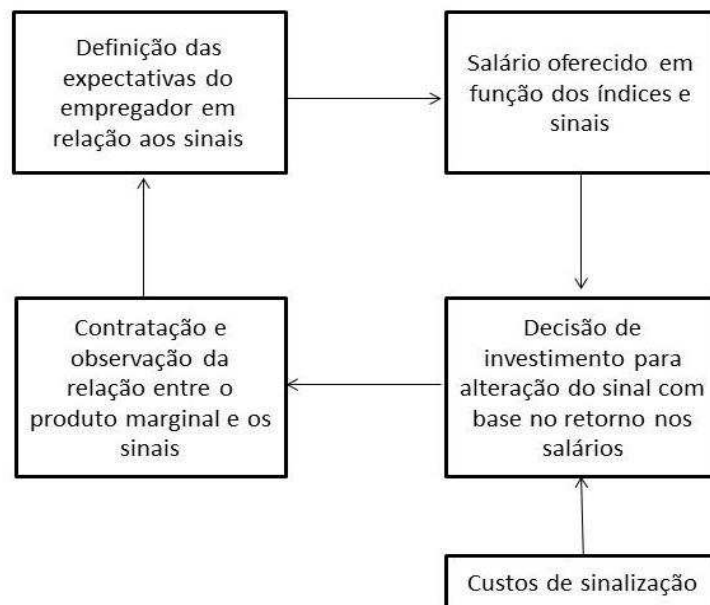


Figura 8 -: *Feedback* informacional da Teoria da Sinalização.
Fonte: Spence (1974).

Como ilustrado acima, o ciclo da sinalização no mercado de trabalho envolve constante mudança nos custos de sinalização com os quais o trabalhador está disposto a arcar e nas expectativas que o empregador tem acerca de determinado sinal ou índice, isto porque, de acordo com Spence (1974) ao contratar determinado empregado o dono passa a ter acesso a uma informação mais completa sobre a relação de determinado sinal e o produto marginal que o mesmo oferece, modificando as suas expectativas e conseqüentemente alterando o prêmio salarial oferecido, o que provoca uma mudança no nível de investimento com o qual o empregado estará disposto a pagar.

Ainda que apenas o sinal possa ser alterado ao longo das rodadas de contratação no mercado de trabalho, outro fator determinante para compreensão da dinâmica laboral de acordo com a teoria de Spence (1974) são os índices. A Teoria da Sinalização considera como índice qualquer característica que, embora possa ser observada, não pode ser alertada pelo empregado, sendo que essa questão pode ser pensada em termos de raça, sexo, nacionalidade ou até mesmo registros referentes a serviços exercidos anteriormente ou registros criminais.

Tomando como base o estudo de Spence (1974), para o caso da migração no mercado de trabalho brasileiro é possível supor a existência do grupo de imigrantes e do grupo de não-imigrantes que apresentam as mesmas incidências em relação as capacidades produtivas e aos custos de sinalização, ou seja na rodada inicial de contratação, ambos os grupos teriam a opção de investir da mesma forma em seus sinais (usualmente considerado como educação no modelo desenvolvido por Spence), entretanto, ainda que o façam, os conjuntos de oportunidades de imigrantes e não-imigrantes não são necessariamente os mesmos.

Os diferencial de oportunidades entre os grupos está associado basicamente a existência de um *feedback* informacional, pois o indivíduo que pertence ao grupo de imigrantes, por exemplo será encarado pelo empregador com as mesmas expectativas direcionadas ao trabalhador desse grupo contratado na rodada anterior. Para Spence (1974) essa situação pode persistir visto que esse candidato será encarado sempre como tendo a mesma produtividade marginal daqueles que se igualam a ele por determinada característica, afinal os índices não podem ser alterados mediante investimentos.

Dessa forma, Spence (1974) aponta que, como o mecanismo que gera equilíbrio no mercado de trabalho é um ciclo de retroalimentação, ocorre uma armadilha de equilíbrio de baixo nível onde a expectativa do contratante em relação a determinado

grupo persiste por razões endógenas ao próprio modelo, o que gera diferenças arbitrárias nas configurações de sinalização de grupos distintos.

A luz das duas características apresentadas é possível observar que o empregador faz uso de características pessoais dos trabalhadores a fim de decidir tanto a respeito da sua contratação quanto sobre o salário que será pago para o contratado. Enquanto Becker (1957) aponta que o comportamento do contratante será sempre discriminador em relação a um grupo que seja considerado minoria por ele, Spence (1974) propõe que a expectativa do indivíduo que emprega é influenciada por experiências anteriores que o mesmo obteve com empregados portadores de determinada característica, o que indica a possibilidade tanto de êxito de grupos considerados como minoria no mercado de trabalho, quanto de diferenciação entre integrantes de um mesmo grupo.

4. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é composta de três partes. Na primeira será apresentada a Equação de Rendimentos de Mincer, o método utilizado para estima-la e informações sobre os dados utilizados para tal. Em seguida será exposto o procedimento de Heckman (1979), que tem por objetivo a correção de possíveis problemas de viés, e por último serão expostas as informações acerca dos dados utilizados.

4.1- Equação de rendimentos de Mincer

Mincer (1974) parte da noção de Capital Humano apresentada por Becker (1973) para formular uma equação de rendimentos dependente de fatores explicativos associados à educação e experiência, além de outros possíveis atributos. Tal equação, que ficou conhecida como equação miceriana, é uma tentativa de relacionar os rendimentos obtidos pelo trabalhador com suas características produtivas e suas características pessoais.

De forma geral, a equação proposta por Mincer (1974) tem como principal interesse estimar uma relação entre o logaritmo natural do salário e uma variável observável, tal que $\ln w = f(x_i)$. Ou seja, os salários para Mincer (1974) estão relacionados com um conjunto de características produtivas e pessoais, e a forma funcional log-linear utilizada na equação miceriana é explicada em função da distribuição da variável salários, que muitas vezes se aproxima de uma distribuição normal.

Dessa forma, de acordo com o modelo de rendimentos proposto por Mincer (1974), o logaritmo do rendimento individual é expresso pela seguinte equação:

$$\ln W_i = \beta_0 + \beta_1 educ_i + \beta_2 exper_i - \beta_3 exper_i^2 + u_i \quad (7)$$

em que $\ln W_i$ é o logaritmo da renda obtida em virtude dos anos de estudo, representado por $educ_i$, e da experiência no mercado de trabalho, expressa como $exper_i$. O sinal negativo que acompanha o coeficiente da variável experiência ao quadrado indica os aumentos nos rendimentos em virtude do acúmulo de experiência estão sujeitos a retornos decrescentes.

O método econométrico comumente utilizado para estimar a equação de rendimentos proposta por Mincer (1974) é a regressão clássica por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). De acordo com Hair et al (2009), a análise de regressão é uma técnica estatística que pode ser utilizada para analisar a relação entre uma variável dependente e múltiplas variáveis independentes, dessa forma é possível estimar o grau de associação entre uma variável dependente (Y) com o conjunto de variáveis independentes (X_i).

Segundo Krueger e Lewis-Beck (2008) dizer que um modelo é ajustado utilizando a forma funcional dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) significa que uma reta que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos será utilizada para presumir a relação linear entre Y e X_i . A equação básica do modelo de regressão linear pode ser descrita por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + u_i \quad (8)$$

Na equação, Y representa a variável dependente, ou seja, aquilo que queremos explicar, e X_1 representa a variável independente, ou seja, fatores que podem ajudar a entender a variação de Y. O intercepto (β_0), também chamado de constante, representa o valor de Y quando X_1 assume valor zero, ou seja, representa o valor da média esperada de Y na ausência de variáveis independentes.

O coeficiente de regressão (β_1) representa a mudança observada em Y associada ao aumento de uma unidade em X_1 , e o termo estocástico (u_i) representa o erro em prever Y a partir de X_1 . Em particular, u_i é a diferença entre os valores observados e os valores preditos de Y, ou seja, os resíduos do modelo.

Tal método de regressão possui alguns pressupostos básicos que visam garantir uma estimação não enviesada a fim de alcançar o Melhor Estimador Linear Não-Viesado (MELNV). Kennedy (2009) elenca os seguintes pressupostos: (1) a relação entre a

variável dependente e as variáveis independentes deve ser linear; (2) as variáveis foram medidas adequadamente, ou seja, assume-se que não há erro sistemático de mensuração; (3) a expectativa da média do termo de erro é igual a zero; (4) homocedasticidade, ou seja, a variância do termo de erro é constante para os diferentes valores da variável independente; (5) ausência de autocorrelação, ou seja, os termos de erros são independentes entre si; (6) a variável independente não deve ser correlacionada com o termo de erro; (7) nenhuma variável teoricamente relevante para explicar Y foi deixada de fora do modelo e nenhuma variável irrelevante para explicar Y foi incluída no modelo; (8) as variáveis independentes não apresentam alta correlação, o chamado pressuposto da não multicolinearidade; (9) assume-se que o termo de erro tem uma distribuição normal e (10) há uma adequada proporção entre o número de casos e o número de parâmetros estimados.

Como dito acima, a omissão de determinadas variáveis relevantes para explicar Y pode gerar uma estimação enviesada, ou seja, é necessária a utilização de um modelo adequado. Então, são adicionadas à equação de rendimentos micrericiana representada em (6) características dos indivíduos a fim de corrigir tal problema:

$$\ln W_i = \beta_0 + \beta_1 educ_i + \beta_2 exper_i - \beta_3 exper_i^2 + \gamma' x + u_i \quad (9)$$

De tal forma que X_i representa um vetor de características pessoais do trabalhador, como sua região de origem e demais características utilizadas no modelo.

Dessa forma, como o escopo do presente estudo é a determinação dos rendimentos obtidos por imigrantes das mais diversas origens em cada um dos centros de maior atração de mão-de-obra imigrante na atualidade, serão estimadas equações de rendimento para o Sudeste, o Centro-Oeste e o Norte, sendo a utilização das três regiões elencadas justificada pelo seu destaque no cenário migratório brasileiro atual.

Com intuito de captar isoladamente a discriminação sofrida pelos imigrantes das outras regiões brasileiras em cada uma dessas localidades de maior afluxo de imigrantes, as equações de rendimento serão estimadas separadamente, sendo expressas nas equações (8), (9) e (10). Em seguida a Tabela 1 descreve as variáveis a serem utilizadas no modelo, bem como os sinais esperados para os seus coeficientes.

$$\begin{aligned}
LnW_{sudeste} &= \\
&= \beta_0 + \beta_1 Escol_{1i} + \beta_2 Escol_{2i} + \beta_2 Escol_{3i} + \beta_4 Escol_{4i} + \beta_5 Exp_i \\
&- \beta_6 Exp_i^2 + \beta_7 Cbranca_i + \beta_8 Masc_i + \beta_9 industria_i + \beta_{10} agricultura_i \\
&+ \beta_{11} comercio_i + \beta_{12} serviços_i + \beta_{13} construção_i + \beta_{14} RM + \beta_{15} Urb_i \\
&+ \beta_{16} sindicato_i + \beta_{17} previdencia_i + \beta_{18} nordeste_i + \beta_{19} centroestre + \beta_{20} sul_i \\
&+ \beta_{21} norte_i \\
&+ u_i
\end{aligned} \tag{10}$$

$$\begin{aligned}
LnW_{centroeste} &= \\
&= \beta_0 + \beta_1 Escol_{1i} + \beta_2 Escol_{2i} + \beta_2 Escol_{3i} + \beta_4 Escol_{4i} + \beta_5 Exp_i \\
&- \beta_6 Exp_i^2 + \beta_7 Cbranca_i + \beta_8 Masc_i + \beta_9 industria_i + \beta_{10} agricultura_i \\
&+ \beta_{11} comercio_i + \beta_{12} serviços_i + \beta_{13} construção_i + \beta_{14} RM + \beta_{15} Urb_i \\
&+ \beta_{16} sindicato_i + \beta_{17} previdencia_i + \beta_{18} nordeste_i + \beta_{19} sudeste + \beta_{20} sul_i \\
&+ \beta_{21} norte_i \\
&+ u_i
\end{aligned} \tag{11}$$

$$\begin{aligned}
LnW_{norte} &= \\
&= \beta_0 + \beta_1 Escol_{1i} + \beta_2 Escol_{2i} + \beta_2 Escol_{3i} + \beta_4 Escol_{4i} + \beta_5 Exp_i \\
&- \beta_6 Exp_i^2 + \beta_7 Cbranca_i + \beta_8 Masc_i + \beta_9 industria_i + \beta_{10} agricultura_i \\
&+ \beta_{11} comercio_i + \beta_{12} serviços_i + \beta_{13} construção_i + \beta_{14} RM + \beta_{15} Urb_i \\
&+ \beta_{16} sindicato_i + \beta_{17} previdencia_i + \beta_{18} nordeste_i + \beta_{19} centroestre + \beta_{20} sul_i \\
&+ \beta_{21} sudeste_i \\
&+ u_i
\end{aligned} \tag{12}$$

Tabela 1: Variáveis utilizadas na equação de rendimentos

Variável	Descrição	Sinal Esperado
$\ln W_i$	Logaritmo natural do rendimento/hora do indivíduo em seu trabalho principal	-
$Escol_k$	<i>Dummies</i> para os anos de estudo do indivíduo em que $Escol_1, Escol_2, Escol_3$ e $Escol_4$ são indivíduos com 1 a 4, 5 a 8, 9 a 11 e mais de 11 anos de estudo, respectivamente.	Sinal positivo

<i>Experiência</i>	Experiência do indivíduo no mercado de trabalho.	Sinal positivo
<i>Experiência²</i>	Experiência do indivíduo ao quadrado	Sinal negativo
<i>Masc</i>	Gênero do indivíduo	Sinal positivo
<i>Cbranca</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é branco e 0 caso contrário.	Sinal positivo
<i>Setor_k</i>	<i>Dummies</i> para os setor de atividade em que indivíduo está empregado: agricultura, indústria, construção, comércio e serviços	Sinal negativo para agricultura e positivo para outros
<i>Urban</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo mora na zona urbana e 0 se mora em zona rural.	Sinal positivo
<i>RM</i>	Variável binária que assuma valor 1 se o indivíduo reside na região metropolitana e 0 caso contrário.	Sinal positivo
<i>Sindic</i>	Variável binária que assume valor 1 para trabalhadores sindicalizados e 0 para os demais.	Sinal positivo
<i>Contrib</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores que contribuem para previdência e 0 para os demais	Sinal negativo
<i>Sudeste</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Sudeste e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo
<i>Sul</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Sul e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo
<i>Nordeste</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Nordeste e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal negativo
<i>Norte</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região norte e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo
<i>Centroeste</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Centro-Oeste e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo

Fonte: Elaboração própria

Os coeficientes a serem estimados são representados por β_j ($j=0,\dots,21$), e o termo u_i , por sua vez, representa o termo de erro.

As variáveis foram escolhidas com base em outros trabalhos da mesma temática e que também utilizaram os dados da PNAD e a Equação de Rendimentos de Mincer (1974) para explicar diferenciais de rendimento no mercado de trabalho em função fatores diversos¹.

Conforme apresentado na Tabela 1 e de acordo com o trabalho de Mincer (1974), é esperado que anos adicionais de escolaridade contribuam para incrementos nos rendimentos do indivíduo, de tal forma que os coeficientes das variáveis *Escol₁*, *Escol₂*, *Escol₃* e *Escol₄* sejam positivos e maiores conforme aumentam os anos de estudo.

Com base em Mincer (1974) também é possível inferir sobre os sinais dos coeficientes das variáveis de experiência. Entretanto, enquanto é esperado que mais anos de experiência contribuam para maiores rendimentos, espera-se que o coeficiente da variável experiência em sua forma quadrática tenha sinal negativo em virtude da existência de retornos decrescentes, ou seja, a partir do ponto de máximo, valores maiores para experiência tendem a gerar redução nos rendimentos do trabalhador.

Quando são levadas em conta característica pessoais do trabalhador, é esperado que a cor branca contribua para elevação nos rendimentos, assim como o sexo masculino. Tais expectativas de sinais para os coeficientes das variáveis de cor e gênero compactuam com o estudo realizado por Abram (2006), que sinaliza para existência de significativas e persistentes desigualdades de rendimento no mercado de trabalho brasileiro.

Por sua vez, o setor de atividade no qual o trabalhador exerce atividade remunerada também é importante fator na determinação dos rendimentos alcançados pelo trabalhador. Como exposto por Stülp (2006), o setor agrícola, quando comparado com os demais, apresenta menores rendimentos sendo esperado para o coeficiente do mesmo sinal negativo e positivo para os coeficientes relacionados aos demais setores de atividade.

De forma análoga é esperado que trabalhadores localizados em zona urbana tenham melhores rendimentos do que aqueles situados em zona rural, e que os indivíduos que residem em regiões metropolitanas alcancem melhores remunerações em comparação

¹ Salvato (2008), Gama e Machado (2006), De Souza *et al* (2015), Maciel e Cunhal (2016).

aqueles residentes em regiões não metropolitanas. Dessa forma espera-se que os coeficientes das variáveis *Urban e RM* apresentem sinais positivos, compactuando com o estudo realizado por Waquil e Mattos (2002).

A segmentação entre setores formais e informais também contribui para explicar os rendimentos alcançados pelos trabalhadores brasileiros. De acordo com Ulyssea (2007) é notório o diferencial de ganhos entre indivíduos inseridos no mercado de trabalho formal e informal, diante disso, é esperado que os coeficientes das variáveis *Sindic* sejam positivos. Por outro lado, é esperado que o sinal relacionado ao coeficiente da variável *Contrib* seja negativo, visto que a contribuição para a previdência está associada a descontos salariais característicos do sistema previdenciário brasileiro.

Por fim, é esperado que imigrantes originados das regiões Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste sejam positivamente selecionados na região para a qual de destinarem, e dessa forma que seus coeficientes tenham sinais positivos, por outro lado, em virtude da histórica discriminação sofrida pelos imigrantes nordestinos no mercado de trabalho das demais regiões brasileiras espera-se que o coeficiente de tal variável apresente sinal negativo.

4.2- Procedimento de Heckman

A utilização do método econométrico descrito acima se mostra viável para definir os fatores mais decisivos na determinação dos rendimentos dos trabalhadores, entretanto, problemas podem surgir na estimação de uma equação de rendimentos, especialmente o viés da seletividade amostral. Heckman (1979) argumenta que quando é utilizado o método de MQO para determinar a equação de rendimento dos trabalhadores, é comum a regressão do salário em função apenas de variáveis explicativas dos indivíduos empregados, ignorando a população não empregada ou inativa. Para o autor, a não ocupação não é decorrente apenas da oferta de trabalho e dos salários oferecidos, depende também do salário de reserva, ou seja, a mínima remuneração pela qual o trabalhador estaria disposto a ingressar no mercado de trabalho.

Dessa forma, o procedimento de Heckman (1979) consiste na estimação de duas equações separadamente: a primeira diz respeito à participação no mercado de trabalho, ou equação de seleção, e a segunda configura-se como a equação de rendimentos propriamente dita.

A equação de participação no mercado de trabalho informa qual a probabilidade do trabalhador participar do mercado de trabalho considerando suas características, bem

como informações sobre seus familiares. A variável dependente expressa a escolha do indivíduo, ou seja, é a escolha entre trabalhar ou não, decisão tomada com base nos ganhos e perdas que o trabalho pode oferecer. Assim,

$$y_i^* = \beta_0 + \beta_i X_i + u_i \quad (13)$$

Em que y_i^* , é uma preferência latente e X_i é um conjunto de variáveis explicativas relacionadas ao trabalhador i , sendo que β_i mede o efeito de uma mudança em X_i sobre a variável latente y_i^* , que apresenta maiores valores quando existe maior probabilidade do indivíduo estar no mercado de trabalho.

Assim, tem-se em (14) a definição da equação de seleção para o caso a ser utilizada no modelo de determinação dos rendimentos dos imigrantes brasileiros.

$$y_i^* = \beta_0 + \beta_1 Escol_{1i} + \beta_1 Escol_{1i} + \beta_2 Escol_{2i} + \beta_2 Escol_{3i} + \beta_4 Escol_{4i} + \beta_5 Exp_i - \beta_6 Exp_i^2 + \beta_7 Cbranca_i + \beta_8 Estcivil_i + \beta_9 Filhos_i + \beta_{13} RM + \beta_{14} Urb_i + \beta_{17} nordeste_i + \beta_{18} sudeste_i + \beta_{19} sul_i + \beta_{20} centroeste_i + u_i \quad (14)$$

Os termos α_j ($j=1$ a 20) são os coeficientes do modelo e u_i é o termo de erro da equação, a descrição das variáveis e seus sinais esperados estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Variáveis utilizadas na equação de seleção

Variável	Descrição	Sinal Esperado
y_i^*	Variável Binária que assume valor 1 quando o indivíduo está ocupado em atividade remunerada e 0 caso contrário	-
$Escol_k$	<i>Dummies</i> para os anos de estudo do indivíduo em que $Escol_1, Escol_2, Escol_3$ e $Escol_4$ são indivíduos com 1 a 4, 5 a 8, 9 a 11 e mais de 11 anos de estudo, respectivamente.	Sinal positivo
<i>Experiência</i>	Experiência do indivíduo no mercado de trabalho.	Sinal positivo
<i>Experiência</i> ²	Experiência do indivíduo ao quadrado	Sinal negativo
<i>Masc</i>	Gênero do indivíduo	Sinal positivo

<i>Cbranca</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é branco e 0 caso contrário.	Sinal positivo
<i>Estcivil</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é casado e 0 caso contrário.	Sinal positivo
<i>Filhos</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo tem filhos e 0 caso contrário.	Sinal negativo
<i>Urban</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo mora na zona urbana e 0 se mora em zona rural.	Sinal positivo
<i>RM</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo reside na região metropolitana e 0 caso contrário.	Sinal positivo
<i>Sudeste</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Sudeste e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo
<i>Sul</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Sul e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo
<i>Nordeste</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Nordeste e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal negativo
<i>Norte</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região norte e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo
<i>Centroeste</i>	Variável binária que assume valores 1 para trabalhadores imigrantes originados da região Centro-Oeste e valores 0 para aqueles originados de outra região.	Sinal positivo

Fonte: Elaboração própria

Para interpretação dos sinais dos coeficientes é importante ressaltar que, em um modelo de escolha binária, o coeficiente positivo mostra que a variável explicativa aumenta a probabilidade de a variável resposta ser igual a 1, enquanto o coeficiente negativo aumenta a probabilidade de a variável resposta ser igual a zero.

Conforme apresentado na tabela acima, os sinais esperados para os coeficientes das variáveis de escolaridade, experiência e experiência na sua forma quadrática, cor, gênero, área urbana, região metropolitana e região de origem do imigrante são idênticos aos apresentados na equação de rendimentos expressa por (10), (11) e (12).

Dessa forma, podemos esperar que indivíduos com maiores níveis de escolaridade tenham maiores probabilidades de se inserir no mercado de trabalho, bem como

trabalhadores com maiores índices de experiência profissional. Por outro lado, o sinal negativo esperado para o coeficiente da variável é explicado por Brendt (1991) como envelhecimento e constante deterioração do capital humano, que fazem com que anos adicionais de experiência dificultem a inserção no mercado de trabalho.

Sinais positivos para as variáveis *Cor* e *Masc* indicam maior facilidade de acesso para homens e trabalhadores brancos, reforçando a existência de discriminação desse tipo no cenário laboral brasileiro. Além disso, é esperado sinal negativo para imigrantes oriundos da região Nordeste, expondo outro tipo de discriminação existente, onde imigrantes dessa região encontram maiores entraves para participar do mercado de trabalho.

Os sinais positivos esperados para os coeficientes de *Urban* e *RM* refletem que fatores locacionais interferem na alocação de um indivíduo no mercado de trabalho, e desta forma, aqueles que residem em regiões mais desenvolvidas tendem a encontrar mais oportunidades.

Para a variável *Filhos* é esperado sinal negativo, pois a existência de crianças no domicílio geralmente demanda dos pais cuidados que muitas vezes impossibilitam a participação no mercado de trabalho. Tal efeito é observado especialmente para as mulheres, e de acordo com Mincer e Polackek (1974), a experiência feminina no mercado de trabalho é descontínua em virtude dos cuidados, atividades domésticas e os filhos, gerando seu afastamento temporário dos seus empregos.

Por outro lado, espera-se que o fato de o indivíduo ser casado acentua sua participação no mercado de trabalho, o que de fato é observado no trabalho realizado por Da Cunha e Jakob (2016), que apontam para maior participação da população casada em relação a população de indivíduos solteiros.

Dito isso, a equação de rendimentos a ser estimada segundo o procedimento de Heckman pode ser definida como:

$$w_i = \delta Z_i + \varepsilon_i \quad (15)$$

Em que w_i é o logaritmo do salário, Z_i é um vetor de características pessoais, δ é um conjunto de parâmetros e ε_i um vetor de erros aleatórios.

Como observado por Heckman (1979), na equação de salários descrita acima são considerados apenas indivíduos que estão trabalhando, gerando viés de seletividade amostral. Dessa forma, o procedimento proposto pelo autor é a construção de uma

variável a partir da estimação da equação (15), incorporando-a à equação (16). Essa variável definida como λ é conhecida como razão inversa de Mills, que quando incorporada na equação de rendimentos oferece uma solução para o problema de viés de seletividade amostral.

Assim, o procedimento de Heckman em dois estágios aumenta a regressão por Mínimos Quadrados Ordinários através da inclusão de um regressor omitido λ_i , então, usando os valores positivos de W_i , a estimativa por MQO do modelo é:

$$W_i = \delta Z_i + \lambda_i + \varepsilon_i \quad (16)$$

Em que W_i é o rendimento dos trabalhadores, Z_i é um vetor de características dos trabalhadores, λ_i é a razão inversa de Mills e ε_i é o termo de erro.

Determinadas as variáveis da equação de seleção, é definida a seguir a equação de rendimento do modelo. Esta é semelhante às equações (10), (11) e (12), à exceção da inclusão da Razão Inversa de Mills, necessária para a correção do problema do viés de seleção amostral. Desta forma, tem-se:

$$\begin{aligned} \text{Ln}W_{\text{Sudeste}} = & \beta_0 + \beta_1 \text{Escol}_{1i} + \beta_2 \text{Escol}_{2i} + \beta_3 \text{Escol}_{3i} + \beta_4 \text{Escol}_{4i} + \beta_5 \text{Exp}_i - \\ & \beta_6 \text{Exp}_i^2 + \beta_7 \text{Cbranca}_i + \beta_8 \lambda_i + \beta_9 \text{industria}_i + \beta_{10} \text{agricultura}_i + \beta_{11} \text{comercio}_i + \\ & \beta_{12} \text{serviços}_i + \beta_{13} \text{construção}_i + \beta_{14} \text{RM} + \beta_{15} \text{Urb}_i + \beta_{16} \text{sindicato}_i + \\ & \beta_{17} \text{previdencia}_i + \beta_{18} \text{nordeste}_i + \beta_{19} \text{norte}_i + \beta_{20} \text{sul}_i + \beta_{21} \text{centroeste}_i + \\ & u_i \end{aligned} \quad (17)$$

$$\begin{aligned} \text{Ln}W_{\text{Centroeste}} = & \beta_0 + \beta_1 \text{Escol}_{1i} + \beta_2 \text{Escol}_{2i} + \beta_3 \text{Escol}_{3i} + \beta_4 \text{Escol}_{4i} + \beta_5 \text{Exp}_i - \\ & \beta_6 \text{Exp}_i^2 + \beta_7 \text{Cbranca}_i + \beta_8 \lambda_i + \beta_9 \text{industria}_i + \beta_{10} \text{agricultura}_i + \beta_{11} \text{comercio}_i + \\ & \beta_{12} \text{serviços}_i + \beta_{13} \text{construção}_i + \beta_{14} \text{RM} + \beta_{15} \text{Urb}_i + \\ & \beta_{16} \text{sindicato}_i + \beta_{17} \text{previdencia}_i + \beta_{18} \text{nordeste}_i + \beta_{19} \text{norte}_i + \beta_{20} \text{sul}_i + \\ & \beta_{21} \text{sudeste}_i + u_i \end{aligned} \quad (18)$$

$$\text{Ln}W_{\text{Norte}} =$$

$$\begin{aligned}
& \beta_0 + \beta_1 Escol_{1i} + \beta_2 Escol_{2i} + \beta_3 Escol_{3i} + \beta_4 Escol_{4i} + \beta_5 Exp_i - \\
& \beta_6 Exp_i^2 + \beta_7 Cbranca_i + \beta_8 \lambda_i + \beta_9 industria_i + \beta_{10} agricultura_i + \beta_{11} comercio_i + \\
& \beta_{12} serviços_i + \beta_{13} construção_i + \beta_{14} RM + \beta_{15} Urb_i + \beta_{16} sindicato_i + \\
& \beta_{17} previdencia_i + \beta_{18} nordeste_i + \beta_{19} sudeste_i + \beta_{20} sul_i + \beta_{21} centroeste_i + \\
& u_i
\end{aligned} \tag{19}$$

Em que λ_i é a razão inversa de Mills e as demais variáveis possuem a mesma definição mostrada na Tabela 1 deste trabalho.

4.3- Fonte e tratamento dos dados

Para a realização deste estudo são utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015. Essa base de dados é elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fornece informações sobre as condições socioeconômicas da população, bem como questões de caráter migratório, essencial para a realização da análise aqui proposta.

Fernandes e Vasconcelos (2006) destacam que as questões acerca do movimento migratório brasileiro foram adicionadas ao questionário da PNAD em 1992, e na atualidade o questionário conta com várias questões relacionadas à migração, facilitando a identificação da Unidade Federativa (UF) de origem do imigrante, bem como a Unidade Federativa (UF) na qual ele trabalha. Tais informações serão utilizadas para estimação do diferencial de rendimentos entre os nativos e imigrantes, bem como o diferencial nos salários de imigrantes provenientes das mais diversas regiões brasileiras.

As variáveis foram escolhidas com base em outros trabalhos da mesma temática e que também utilizaram os dados da PNAD e a Equação de Rendimentos de Mincer (1974) para explicar diferenciais de rendimento no mercado de trabalho em razão de fatores diversos³.

Cabe salientar que foram considerados na amostra indivíduos em idade economicamente ativa, ou seja, entre 16 e 65 anos e que residem na localidade para a qual migraram a no mínimo 5 anos, contemplando o critério amplamente utilizado na literatura para conceituar, respectivamente, quais indivíduos estão aptos a realizar atividades remuneradas e são de fato migrantes.

³ Salvato (2008), Gama e Machado (2006), De Souza *et al* (2015), Maciel e Cunha (2015).

Ainda que tal classificação esteja sujeita a críticas, Sachsidá *et al.* (2009) defendem que sua principal vantagem é desconsiderar da análise aqueles indivíduos que se deslocaram apenas por curto períodos de tempo e que não chegam a se inserir de forma efetiva na região de destino, sendo a mesma usada como base para coleta de dados feita pelo IGBE sobre tal quesito.

As variáveis de rendimento médio, escolaridade, experiência e experiência ao quadrado são consideradas como base para determinação da equação micrariana, e foram também utilizadas nos trabalhos realizados por Rodrigues (2016), Pereira e Oliveira (2016), entre tantos outros. A variável experiência é uma estimativa que considera a idade em anos completos, subtraída pelos anos de estudos completos menos seis, já que é convencional supor que o indivíduo começa a frequentar a escola a partir dos seis anos, sendo também incluída na análise a variável experiência ao quadrado com objetivo de captar possível comportamento de não linearidade na relação entre rendimento e experiência.

A utilização de uma variável referente à migração busca captar o diferencial de rendimentos entre trabalhadores nativos e imigrantes de acordo com a região de origem dos últimos. Para mensurar tal impacto foram criadas *dummies* representando cada uma das regiões brasileiras, a fim de identificar de qual região o indivíduo originou-se. Tal variável é introduzida, pois se espera que imigrantes vindos de regiões mais deprimidas enfrentem maiores barreiras discriminatórias para se colocar no mercado de trabalho, tendência também observada nos estudos realizados por Fussell (2009) e Topel (1992).

5. RESULTADO & DISCUSSÃO

Nesta sessão, inicialmente é realizada uma análise descritiva das variáveis que compõem os modelos econométricos estimados a fim de analisar a discriminação sofrida pelos imigrantes em função do seu local de origem e na sequência serão apresentados os resultados obtidos na estimação.

Vale ressaltar que os resultados da equação de seleção estão apresentados no Anexo, e justifica-se que a opção por apresentá-las separadamente decorre do fato de que, embora as mesmas apresentem papel relevante para análise possuem papel secundário servindo como instrumento para que o objetivo final seja alcançado, ou seja para que as equações de rendimento possam ser estimadas.

5.1- Análise descritiva dos dados

A figura 8 apresenta a visão global dos movimentos migratórios brasileiros para o ano de 2015. É possível perceber que em 2015, 26,9% da população havia realizado tal processo. Brito (2016) aponta a existência de uma tendência migratória que leva a população a se deslocar mesmo que as condições objetivas sejam desfavoráveis, porém aponta para um resfriamento de tais fluxos ao longo dos anos, ainda que persistam os emigrantes potenciais gerados por grande excedente populacional de algumas regiões brasileiras.

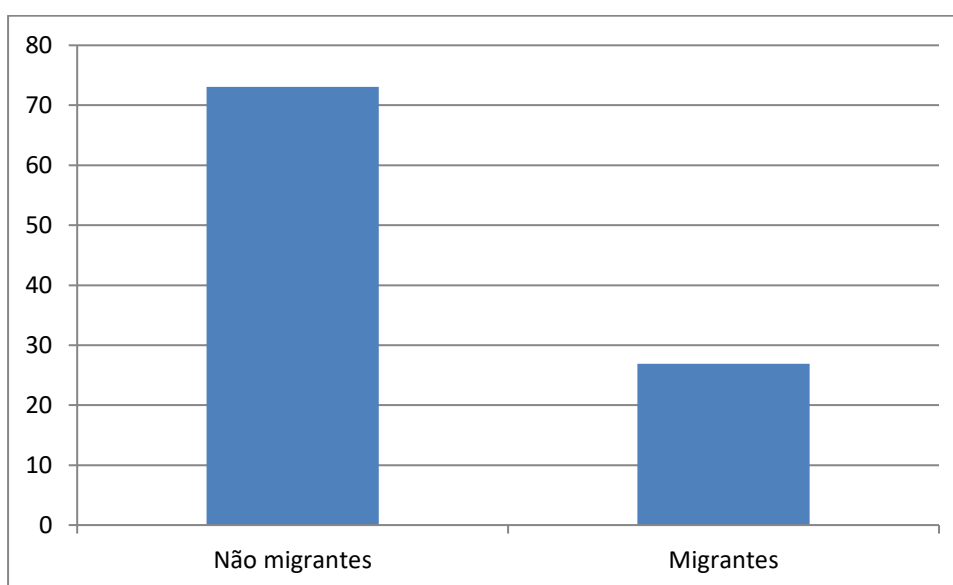


Figura 9 – Distribuição da população total entre migrantes e não migrantes (em termos percentuais) para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

O diferencial de renda entre a população migrante e nativa está expresso na Figura 9, e indica valores maiores de renda para aqueles que se mudaram rumo a uma nova localidade. Enquanto a renda média dos não-migrantes é de R\$14,40/hora, a dos trabalhadores migrantes é de R\$18,01/hora. De acordo com Golgher (2006), verifica-se, com exceção para alguns estados brasileiros, valores maiores de renda para migrantes em relação a não-migrantes, e tal fato pode ser explicado pela seleção positiva da população que decide realizar o processo migratório.

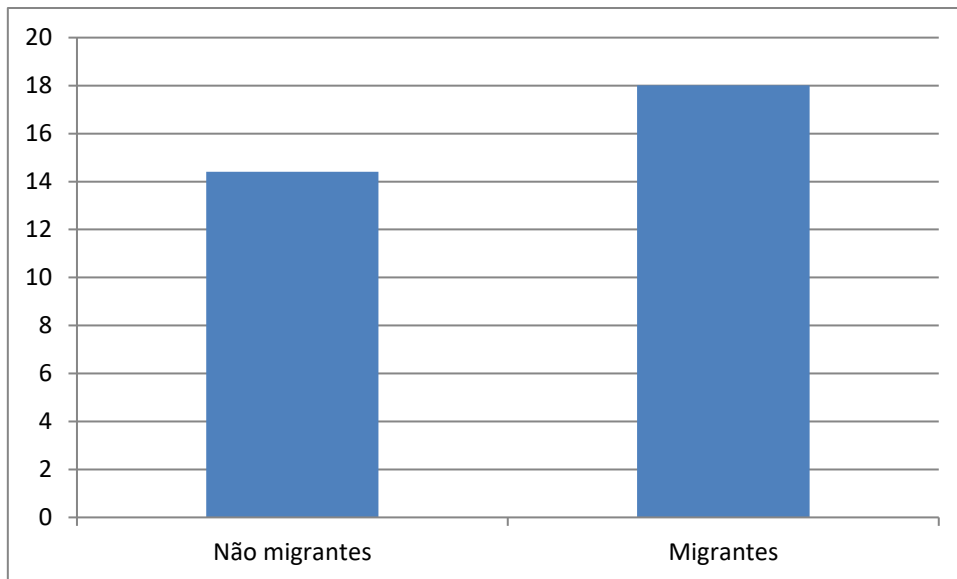


Figura 10 - Renda média de migrantes e não migrantes (em unidades monetárias) para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

Na figura 10 estão expressos os diferenciais de anos de experiência para migrantes e não-migrantes. De acordo com a pesquisa, os migrantes possuem em média 26,35 anos de experiência, enquanto que a população que não realizou processo migratório possui, em média, 21,88 anos de experiência, representando uma diferença percentual de aproximadamente 17% entre as duas categorias.

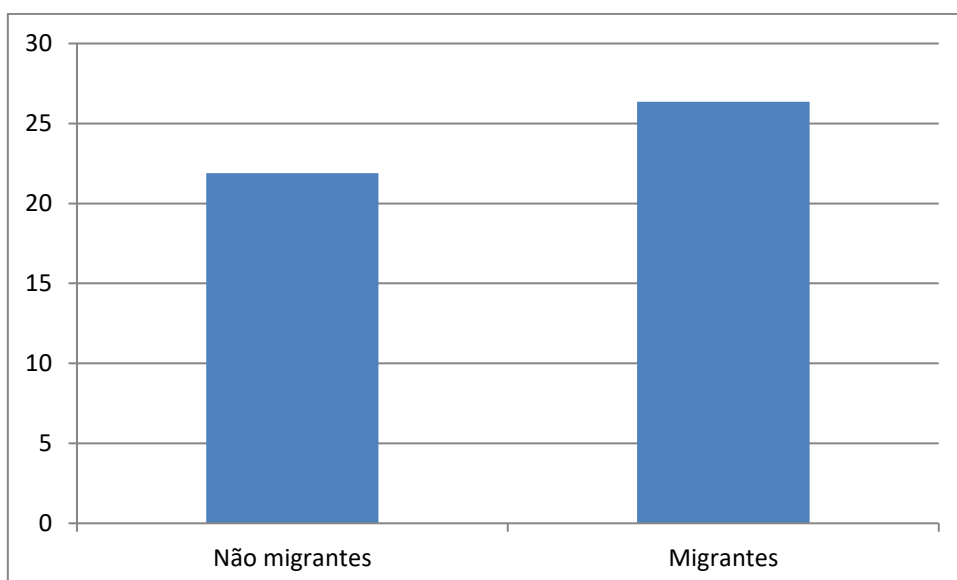


Figura 11 – Média de experiência para migrantes e não migrantes (em anos) para o ano de 2015

Fonte: Resultado de pesquisa

A figura 11 segregava os imigrantes de acordo com o sexo e evidencia a tendência da predominância do sexo masculino no total da população que opta pelo deslocamento. Da amostra total analisada, de um total de 39.870 pessoas que foram consideradas imigrantes, aproximadamente 23.504 eram do sexo masculino e 16.365 do sexo feminino, ou seja, o primeiro grupo representa 58,9% do total e o segundo 41%, resultando em uma diferença entre eles de aproximadamente 17,9 pontos percentuais. Entretanto, é importante destacar o aumento da participação feminina no processo migratório dos últimos anos. De acordo com Chaves (2016), tal expansão é explicada pela crescente inserção feminina no mercado de trabalho e afloramento de novos arranjos familiares, que, segundo a autora, transformam o papel passivo que a imigrante exerceu nos últimos anos.

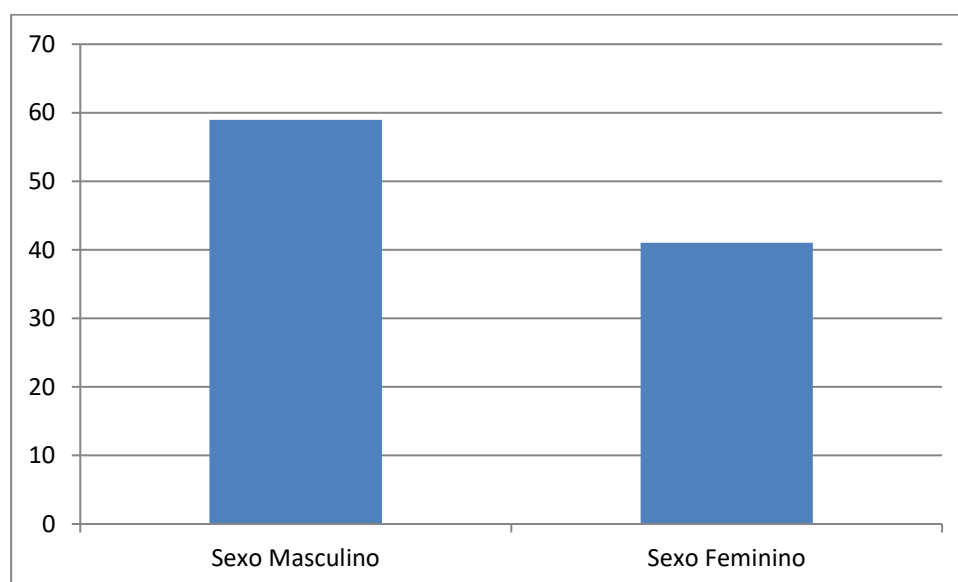


Figura 12 – Distribuição dos imigrantes de acordo com o sexo (em termos percentuais) para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

A figura 12 ilustra a participação de cada uma das cores consideradas pelo IGBE na realização da PNAD. De acordo com os números, do total de migrantes, aproximadamente 17.923 se consideram pardos, 17.681 brancos, 3.775 de negros, 295 amarelos e nenhum se declara indígena, o que representa respectivamente, 44,98%, 44,47%, 9,63%, 0,92% e 0% do total de migrantes, respectivamente.

Os grupos de cor branca e parda compõem a maior parte da população que realizou o processo migratório, sendo que os migrantes pardos superaram ligeiramente os migrantes brancos. De acordo com Ferreira e Moreira (2012), vem sendo observada ao longo dos

anos um crescimento mais acelerado do número de migrantes pardos em relação aos brancos, com o primeiro grupo superando o segundo a partir de 2009.

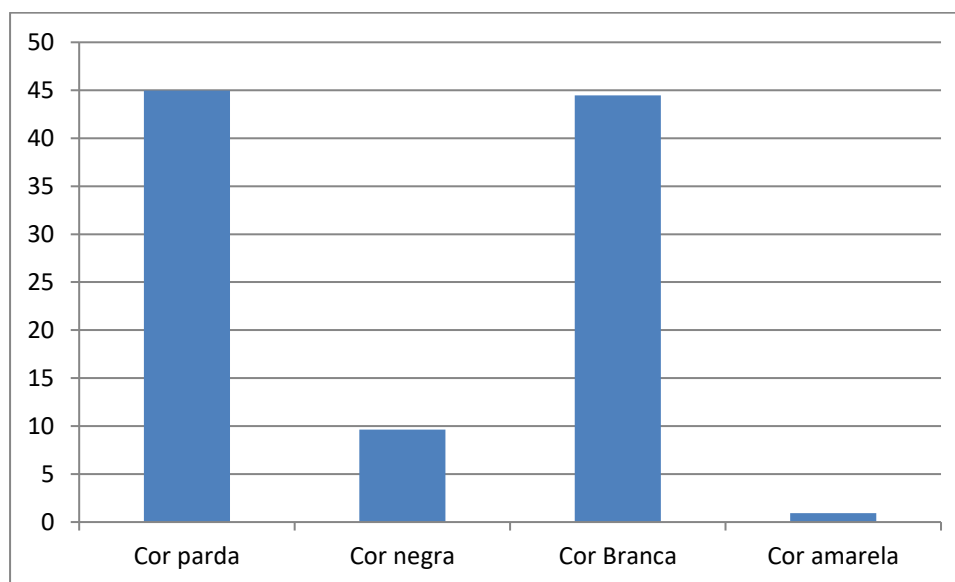


Figura 13 – Distribuição dos imigrantes de acordo com a cor (em termos percentuais) para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

Por sua vez, a Figura 13 divide os migrantes de acordo com seu nível de escolaridade, usando para tal as seguintes categorias de escolaridade: Ensino Fundamental 1 (até 4 anos de estudo), Ensino Fundamental 2 (de 5 a 8 anos de estudo), Ensino Médio (de 9 a 11 anos de estudo) e Ensino Superior (mais de 11 anos de estudo).

Do total de migrantes, 15,93% possuem no máximo 4 anos de estudo, 24,23% estudaram entre 5 e 8 anos, 35,78% têm escolaridade que varia entre 9 e 11 anos e 24,06% detém mais de 11 anos de estudo. Dessa forma, é possível concluir que 59,84% dos migrantes internos brasileiros no ano de 2015 estão situados na faixa de escolaridade que compreende aqueles que estudaram no mínimo 9 anos.

É possível perceber predomínio de níveis mais elevados de escolaridade e de acordo com Siqueira (2016) esse perfil de imigrante ao decidir migrar é mais capaz de analisar os benefícios e contratempos envolvidos no processo migratório e está menos expostos à possibilidade de retorno ao seu local de origem, o que justifica sua predominância em relação às demais categorias de escolaridade.

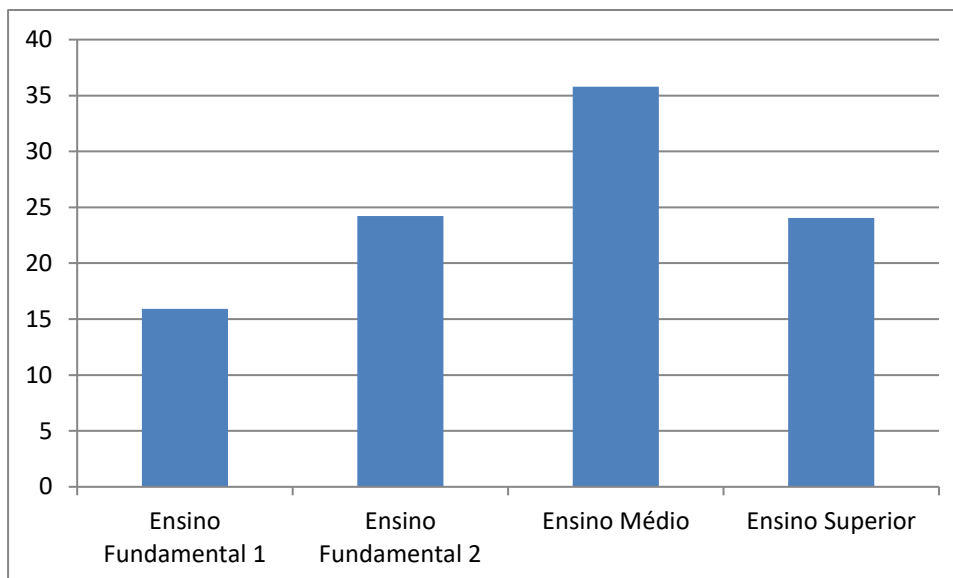


Figura 14 – Distribuição dos imigrantes de acordo com nível de escolaridade para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

A distribuição dos migrantes brasileiros de acordo com área censitária para a qual se destinaram está ilustrada na Figura 13, que aponta a região urbana como predominante em relação à área rural. Enquanto a região urbana foi destino de quase 91% dos migrantes, a região rural recebeu apenas 9,5%.

Matos e Braga (2002) concluem em seu trabalho que a redistribuição espacial da população brasileira se deu em grande parte em consequência dos deslocamentos populacionais em direção aos cenários urbanos, gerando a criação de novos centros economicamente densos, tendência que se mantém no Brasil contemporâneo.

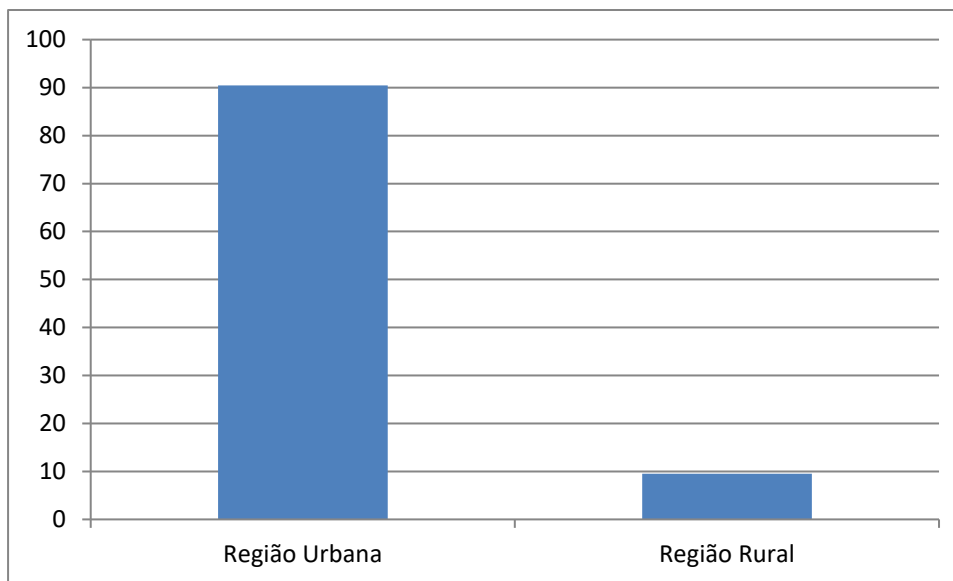


Figura 15 - Distribuição dos imigrantes de acordo com área censitária (em termos percentuais) para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

Na Figura 14 é possível conhecer os setores de atividade que mais atraem os migrantes internos brasileiros. Os setores de serviços e comércio se mostram os mais atrativos, representando a ocupação de aproximadamente 49,44% e 18,04% do total. Indústria e construção empregam, respectivamente, 13,25% e 11,05% dos migrantes. O setor agrícola, por sua vez, emprega apenas 8,22%. A pouca inserção de migrantes no setor agrícola reflete o maior dinamismo de atividades predominantemente urbanas nos últimos anos.

Apesar dos investimentos públicos que destinam maiores recursos para o setor primário, a desigualdade no setor ainda existe, e se apresenta em vários âmbitos. Para Martha Jr. *et al* (2010) a capacidade produtiva do setor determina-se pela disponibilidade de recursos e pelo clima de cada uma das regiões, tornando as atividades suscetíveis a oscilações e entraves.

O setor secundário, que engloba as indústrias de transformação e extrativista e a construção civil possui grande expressão no mercado de trabalho brasileiro no ano de 2015. Tal setor tradicionalmente é considerado pela literatura como gerador de grande efeito multiplicador para os demais setores da economia em função do seu dinamismo intersetorial, uma vez que demanda recursos do setor primário e contrata serviços do setor terciário.

Por sua vez, o setor terciário, constituído por atividades de comércio e serviços é o grande receptor de mão de obra no ano analisado, e tal expressividade é resultado da

migração setorial dos trabalhadores, que teve início especialmente a partir dos anos 90 ocasionada pela desindustrialização da economia, transferindo mão de obra dos setores primários e secundário para atividade de serviços e comércio.

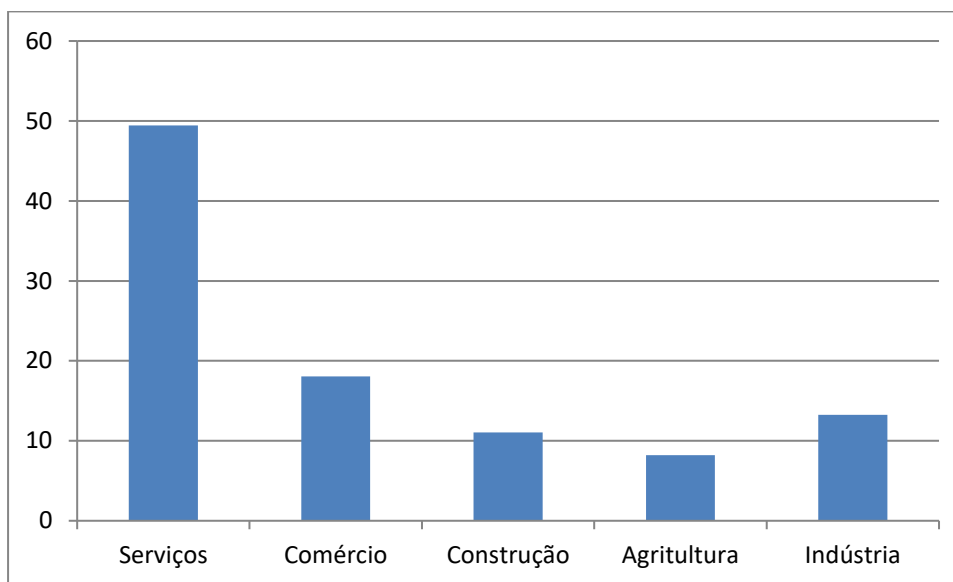


Figura 16 – Distribuição dos imigrantes de acordo com setor de atividade em termos percentuais) para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

Na figura 16 é possível observar quais regiões brasileiras possuem maior número de emigrantes. As maiores emissoras de emigrantes são as regiões Sudeste e Nordeste, com 31,78% e 36,92% do total da população que se deslocou, respectivamente. Norte e Centro-Oeste representam as áreas de menor evasão de migrantes, com apenas 6,97% e 9,42%, respectivamente. A região Sul foi responsável por 14,91% do total de migrantes no período.

A grande repulsão do Sudeste como aponta Brito (2016) fez com que a região se tornasse o grande centro gerador de emigrantes do Brasil, e isso se deve principalmente à incapacidade de absorção da mão de obra disponível, característica marcante das condições atuais de sua economia.

A forte tendência repulsiva do Nordeste segue os padrões históricos de remessa de trabalhadores para as demais regiões brasileiras, por outro lado, os baixos valores de remessa de emigrantes apresentado pelas regiões Centro-Oeste e Norte ilustram a expansão de novos cenários econômicos com ampla capacidade de absorção em ambas as localidades. Além disso, a região Centro-Oeste e a região Norte apresentam as menores

taxas de emigrantes, o que reforça a importância dessas regiões no cenário de migrações brasileiro.

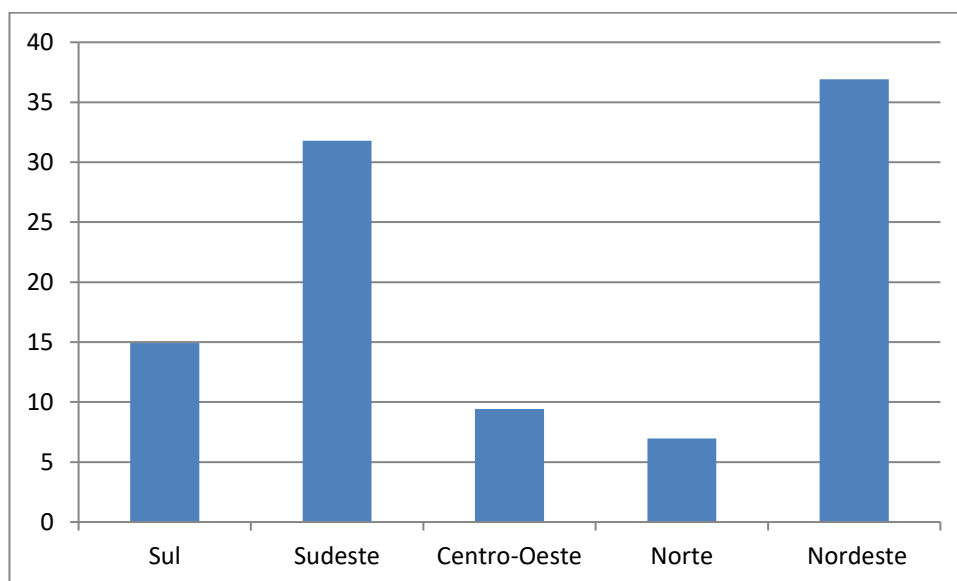


Figura 17 – Distribuição dos imigrantes de acordo com região de origem para o ano de 2015.

Fonte: Resultado de pesquisa

5.2 – Análise das Equações de Rendimento

A fim de determinar quais fatores têm maior impacto nos rendimentos obtidos pelos trabalhadores, e qual região de origem se mostra mais determinante no caso dos trabalhadores imigrantes, foram estimadas Equações de Rendimento de Mincer separadamente para cada uma das localidades que possuem maior poder de atração da mão de obra imigrante, após isso foi realizado o Procedimento de Heckman para correção de viés de seletividade. Os resultados obtidos estão expressos na Tabela 3 e vale destacar que são apresentados os resultados obtidos para estimação do modelo antes e depois da correção de viés de seletividade amostral através do procedimento de Heckman, porém apenas os coeficientes já corrigidos são utilizados na análise, o que garante maior eficiência da estimação.

Tabela 3 - Equação de rendimento para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte para o ano de 2015.

Variável	Região Sudeste				Região Centro-Oeste				Região Norte						
	Mincer	DP	Heckman	DP	Mincer	DP	Heckman	DP	Mincer	DP	Heckman	DP			
Ecol2 (5 a 8 anos)	0.1435*	0.0117	0.1475*	0.0120	0.1285*	0.0181	0.1168*	0.0187	0.1384*	0.0227	0.1381*	0.0223			
Escol3 (9 a 11 anos)	0.3123*	0.0124	0.3195*	0.0128	0.2998*	0.0192	0.2867*	0.0197	0.3147*	0.0200	0.3159*	0.0222			
Escol4 (mais 11 anos)	0.9480*	0.0182	0.9502*	0.0182	0.9128*	0.0295	0.8967*	0.0287	0.8581*	0.0254	0.8595*	0.0278			
Experiência	0.0286*	0.0010	0.0312*	0.0010	0.0332*	0.0015	0.0366*	0.0016	0.0224*	0.0015	0.0227*	0.0021			
<i>Experiência</i> ²	-0.0003*	0.0002	-0.0040*	0.0002	-0.0040*	0.0003	-0.0005*	0.0003	-0.0002*	0.0003	-0.0020*	0.0004			
Cbranca	0.1489*	0.0092	0.1540*	0.0093	0.1332*	0.0128	0.1337*	0.0135	0.1052*	0.0151	0.1058*	0.0142			
Masc	0.2478*	0.0072	0.2726*	0.0073	0.2978*	0.0112	0.3328*	0.0113	0.2193*	0.0154	0.2229*	0.0164			
Industria	0.1593*	0.0284	0.1546*	0.0292	-0.0660***	0.0354	-0.0826**	0.0360	0.1665*	0.0408	0.1658*	0.0431			
Construção	0.2070*	0.0296	0.2159*	0.0296	0.0248	0.0364	0.0161	0.0373	0.2616*	0.0343	0.2608*	0.0362			
Comércio	0.0601**	0.0272	0.0613**	0.0274	-0.0694**	0.0363	-0.0798**	0.0371	0.1589*	0.0369	0.1582*	0.0390			
Serviços	0.2042*	0.0262	0.2039*	0.0263	0.0702**	0.0315	0.0578**	0.0314	0.3182*	0.0380	0.3174*	0.0407			
RM	0.2105*	0.0160	0.2238*	0.0163	0.3961*	0.0505	0.4056*	0.0503	-0.035***	0.0191	-0.0340***	0.0201			
Urbn	0.1783*	0.0218	0.3400*	0.0283	0.1510*	0.0289	0.3107*	0.0355	0.1355*	0.0285	0.1443*	0.0521			
Contrib	-0.0782*	0.0055	-0.0900*	0.0060	-0.0614*	0.0078	-0.0733*	0.0082	-0.1411*	0.0073	-0.1411*	0.0074			
Sind	0.1186*	0.0114	0.1120*	0.0114	0.1574*	0.0171	0.1514*	0.0166	0.0929*	0.0171	0.0928*	0.0171			
Sudeste	-	-	-	-	0.1506*	0.0232	0.1589*	0.0236	0.1664*	0.0292	0.2543*	0.0288			
Centro-Oeste	0.0842*	0.0295	0.0771*	0.0294	-	-	-	-	0.2668*	0.0372	0.2672*	0.0368			
Sul	0.0801*	0.0249	0.0845*	0.0257	0.1662*	0.0307	0.1692*	0.0307	0.1664*	0.0368	0.1680*	0.0362			
Nordeste	-0.0504*	0.0159	-0.0463*	0.0161	-0.0802*	0.0202	-0.0689*	0.0202	0.1153*	0.0252	0.1157*	0.0254			
Norte	0.0791***	0.0516	0.0841***	0.0520	0.0199	0.0339	0.0270	0.0352	-	-	-	-			
Constante	0.8905*	0.0311	0.6859*	0.0344	1.0177*	0.0360	0.8365*	0.0402	0.9986*	0.0555	0.9823*	0.0736			
Lambda	-	-	0.5775*	0.0239	-	-	0.5900*	0.0390	-	-	0.0250*	0.1348			
R- squared = 0.2893				Prob > F = 0.0000				R- squared = 0,3200				Prob > F = 0.0000			
R- squared = 0.2980				Prob > F = 0,0000				R- squared = 0.2980				Prob > F = 0,0000			

*Estatisticamente significativo à 1% ** Estatisticamente significativo à 5% *** Estatisticamente significativo à 10%

Fonte: Resultado de pesquisa

Serão analisados os coeficientes das equações de rendimento estimados conforme as equações (17), (18) e (19). Os testes de significância global dos modelos mostraram que todas as equações foram significativas ao nível de significância de 1%, e de forma individual a grande maioria dos coeficientes das variáveis explicativas é estatisticamente diferentes de zero a um nível 1%, 5% e 10% de significância, indicando que as variáveis escolhidas explicam as variações nos rendimentos obtidos pelos trabalhadores (LnW_i).

Iniciando a discussão dos determinantes dos rendimentos para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte serão analisadas as variáveis que indicam a região de origem do trabalhador, e por consequência diferenciam os trabalhadores que realizaram processo migratório daqueles nativos das respectivas regiões, determinam o impacto que a região de origem do trabalhador tem sobre seus rendimentos e a indicam ocorrência de hiatos salariais em função de sua região de origem do mesmo.

Para a região Sudeste, as variáveis que indicam origem das demais regiões brasileiras apresentaram coeficientes estatisticamente significativos, enfatizando a existência de diferenciais salariais entre as categorias de migrantes e não-migrantes. Entretanto, os sinais apresentados diferem entre as regiões em análise. Os rendimentos obtidos pelo trabalhador que se deslocou do Sul em direção ao Sudeste são 8,45% maiores do que aqueles obtidos pelos não-migrantes. O mesmo pode ser observado para os migrantes originados da região Norte (obtem rendimentos 8,41% maiores) e do Centro-Oeste, que apresenta rendimentos 7,71% maiores.

Por outro lado, a variável referente aos imigrantes originários da região Nordeste obteve sinal negativo, apontando que comparativamente aos não-migrantes da região Sudeste, ter origem do Nordeste diminui os rendimentos em 4,63%. Os resultados obtidos pelos imigrantes no mercado de trabalho do Sudeste compactuam com o acervo teórico utilizado como base no presente e corroboram com a análise feita por Maciel e da Cunha (2016) que aponta para uma seleção negativa para os migrantes provenientes do Nordeste e seleção positiva para as demais localidades, fato que pode ser explicado pelas condições persistente de baixo desenvolvimento de fatores educacionais do Nordeste.

Por sua vez, para a região Centro-Oeste, em termos de significância dos coeficientes das variáveis se observa que apenas a variável referente aos imigrantes originários do Norte não se mostra significativa. Os demais coeficientes das variáveis foram significativos ilustrando novamente um cenário de diferenciação salarial entre os trabalhadores migrantes oriundos da região Nordeste e os demais.

Comparativamente à mão de obra da própria região os imigrantes provenientes do Sudeste brasileiro apresentam ganhos salariais de aproximadamente 15,89%, enquanto trabalhadores que vieram da região Sul obtêm rendimentos 16,92% maiores do que os trabalhadores do Centro-Oeste. Por sua vez, o fato de ser migrante do Nordeste resulta em salários 6,89% menores do que os trabalhadores nativos. É importante evidenciar que os demais grupos apresentam ganhos nos rendimentos, fator que confirma a existência de distinção dos trabalhadores em função da sua origem na região Centro-Oeste brasileira e adverte para um padrão de desigualdade para com os migrantes Nordestinos que vai além do eixo Sudeste-Nordeste.

Na região Norte, todos os coeficientes das variáveis apresentam significância, indicando que ser imigrante de qualquer uma das regiões afeta os rendimentos obtidos pelos trabalhadores. De forma oposta ao resultado obtido para o Sudeste e Centro-Oeste, na região em análise, ser imigrante de qualquer uma das demais regiões brasileiras gera retornos positivos nos rendimentos.

Em relação aos trabalhadores do Norte, os imigrantes advindos da região Sudeste apresentam salários 25,43% maiores, ganho semelhante àqueles originados do Centro-Oeste, que alcançam rendimentos 26,72% maiores e superior aos imigrantes do Sul que apresentam rendimentos 16,80% maiores.

Em relação aos migrantes de origem nordestina é importante destacar que apenas a região Norte apresenta sinais positivos para tal origem, sendo que imigrantes do Nordeste alcançam salários 11,57% maiores do que os nativos da região, entretanto, o ganho salarial obtido por esses imigrantes ainda se apresenta inferior às demais regiões brasileiras, sendo que o ganho dos trabalhadores nordestinos é 13,86% menor do que os ganhos dos imigrantes do Sudeste.

No que tange à diferenciação sofrida pelos imigrantes da região Nordeste, Araújo e Lima (2010) destacam que o deslocamento de imigrantes da região Nordeste em direção a novas localidades é reflexo do mercado de trabalho da região, onde é latente a permanência de uma estrutura fundiária marcada pela desigualdade, além disso, os autores destacam a existência de um atraso educacional na população dessa região, o que gera um entrave ao desenvolvimento, e maiores dificuldades na inserção dos imigrantes no mercado de destino.

Ao comparar as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte como receptoras de mão-de-obra migrante é possível concluir que o mercado de trabalho do Norte oferece prêmios

salarias aos trabalhadores oriundos de todas as regiões brasileiras, e dessa forma pode ser considerado como o mais receptivo a entrada de migrantes. Por outro lado, o Sudeste e o Centro-Oeste brasileiros penalizam os trabalhadores nordestinos com menores salários enquanto premiam os demais imigrantes com maiores remunerações, sendo essa tenência mais grave no Centro-Oeste, o que caracteriza essa região como aquela que apresenta maiores entraves à entrada de nordestinos.

Neste ponto serão apresentados os resultados obtidos para as variáveis de controle inseridas no modelo. Quando é analisado o impacto da educação nos rendimentos da população do Sudeste percebe-se que todas variáveis são significativas a 1% e apresentam sinais positivos. Quanto maior o número de anos de estudo do grupo representado pela variável *dummy*, maior é o coeficiente associado, indicando que indivíduos com maior escolaridade tendem a receber maiores rendimentos, em média.

Em comparação à categoria base utilizada (E1, ou seja, entre 1 e 4 anos de estudo), possuir entre 5 e 8 anos de estudo aumenta os rendimentos obtidos em aproximadamente 14,75% no Sudeste brasileiro. Quando são adicionados mais anos de estudo e o indivíduo se encontra na categoria E3, ou seja, entre 9 e 11 anos de estudo, tal impacto aumenta para 31,95%. Por sua vez, quando o trabalhador possui mais de 11 anos de estudo (E4) esse acréscimo nos rendimentos é na ordem de 95,02%, evidenciando os retornos positivos da educação nos rendimentos no Sudeste.

Para a região Centro-Oeste, embora os sinais apresentados pelos coeficientes variáveis de controle se assemelhem àqueles encontrados para a região Sudeste, alguns especificidades merecem ser destacadas. A relação entre a educação e rendimentos segue o mesmo comportamento quando o nível E1 é utilizado como categoria base, entretanto a amplitude desse acréscimo é inferior no Centro-Oeste.

Possuir de 5 a 8 anos de estudo (E2) eleva os rendimentos em 11,68%, de 8 a 11 anos aumenta os ganhos em 28,67% e possuir mais do que 11 anos de estudo gera rendimentos 89,67% maiores em comparação aos indivíduos com no máximo 4 anos de estudo. Comparativamente à região Sudeste, o Centro-Oeste apresenta menor premiação nos rendimentos em virtude de menos anos de escolaridade, sendo que para cada categoria estabelecida, a elevação nos rendimentos é menor em aproximadamente 3,07, 3,28 e 5,35 pontos percentuais, o que indica a existência de um diferencial no retorno à educação para cada uma das regiões brasileiras.

No caso da região Norte, todos os coeficientes foram significativos à 1% de significância e demonstram que, assim como nas duas regiões anteriores, em relação à categoria base, níveis mais altos de escolaridade geram aumento nos rendimentos. Em comparação aos indivíduos com escolaridade entre 1 e 4 anos de estudo (E1), aqueles que possuem entre 5 e 8 anos de estudo (E2) recebem remunerações 13,81% maiores, os que possuem entre 8 e 11 anos de estudo (E3) são melhor remunerados em 31,59% e aqueles com mais de 11 anos de estudo (E4) obtêm rendimentos 85,95% maiores.

Vale destacar que, para a região Norte, esses impactos são menores do que aqueles observados na Região Sudeste em aproximadamente 0,94, 0,36 e 9,07 pontos percentuais, indicando que entre as regiões analisadas a região Sudeste é aquela que oferece melhor retorno à educação.

A importância do capital humano na determinação de maiores níveis de renda tem grande destaque na literatura, como preconizado por Schultz (1961), Becker (1962) e Mincer (1974) e apresentado mais recentemente no estudo realizado por Ribeiro e Bastos (2004) que busca compreender os retornos à educação para as regiões brasileiras utilizando a equação micceriana clássica. Os resultados compactuam com os encontrados e sugerem que existe uma relação direta entre anos de estudo e rendimentos, confirmando que os retornos à educação são crescentes com o nível de escolaridade, entretanto, os autores alertam para uma diferença significativa entre os retornos à educação entre as regiões brasileiras.

A variável experiência se mostra significativa e apresenta coeficiente com sinal positivo nas três regiões analisadas, indicando que anos adicionais de experiência geram aumento de rendimentos na ordem de 3,12% para os trabalhadores do Sudeste, 3,66% para os trabalhadores do Centro-Oeste e 2,27% para os trabalhadores do Norte, o que indica que, para todas as regiões, mais anos de experiência resultam em maiores remunerações, contudo, em termos comparativos, a região Centro-Oeste remunera melhor maiores níveis de experiência, de tal forma que a elevação nessa região é superior em 0,54 e 1,39 pontos percentuais em relação às regiões Sudeste e Norte respectivamente.

Por outro lado, o sinal negativo do coeficiente da variável *Experiência* elevada ao quadrado para todas as regiões indicam rendimentos decrescentes, ou seja, a remuneração aumenta com a experiência até certo ponto, atinge um máximo e passa a decrescer, indicando então que o aumento na experiência induz em maiores rendimentos, contudo,

a taxas decrescentes. Tal fato corrobora com Mincer (1974), que é o trabalho pioneiro acerca do tema e com os resultados obtidos por Santos (2007).

Os coeficientes da variável *CBranca* foram significativos à 1% e apresentaram sinais positivos para o Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Com isso, é possível inferir que o trabalhador de cor branca tem melhores remunerações do que o trabalhador não branco. No Sudeste, a elevação de remuneração em virtude da cor branca é de 15,40%, já no Centro-Oeste é de 13,37% e no Norte 10,58%, ou seja, na região Sudeste a discrepância nos rendimentos em razão da cor do indivíduo é maior, e de acordo com os trabalhos realizados por Soares (2000) e Fiuza-Moura (2015), tal fato ocorre em virtude da existência de discriminação por cor no mercado de trabalho brasileiro.

Em sequência, é possível observar que o coeficiente da variável *Masc* foi significativo ao nível de 1% de significância para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste, e seus sinais estão de acordo com o esperado, entretanto, com valores diferentes entre elas. Na região Sudeste ser trabalhador do sexo masculino gera uma elevação dos rendimentos na ordem de 27,26%, valores aumentados na região Centro-Oeste, onde ser do gênero masculino ocasiona elevação de 33,28% nos rendimentos. Por sua vez, a região Norte apresenta os menores valores comparativamente às demais regiões, sendo o aumento de rendimento por ser do sexo masculino na ordem de 22,29%.

Em termos comparativos é possível inferir que no Centro-Oeste brasileiro existem maiores hiatos salariais entre trabalhadores em função do sexo visto que o aumento de rendimento por ser do sexo masculino nessa região é superior ao observado nas regiões Sudeste e Norte em 6,02 e 10,99 pontos percentuais respectivamente.

Tais resultados apontam para um cenário de maior diferenciação dos trabalhadores em função de fatores não produtivos no Centro-Oeste, como foi constatado por De Paiva Tocantins (2016), além de compactuar fortemente com a literatura, já que de acordo com Abram (2006), o mercado de trabalho brasileiro é marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero, sendo tais formas de discriminação responsáveis pela criação de barreiras que impedem os grupos discriminados de se inserir de forma compatível no mercado de trabalho, fortalecendo ainda mais as desigualdades sociais. Tal fato corrobora também com o ciclo vicioso apresentado por Spence (1974).

Quando é levado em consideração o setor de atividade no qual trabalhador se insere, considerando como base o setor agrícola, os coeficientes da variável indústria

foram significativos em todas as regiões analisadas e apresentam os sinais esperados apenas no Sudeste e Norte brasileiros.

Na região Sudeste os trabalhadores empregados no setor industrial alcançam remunerações 15,46% maiores do que os trabalhadores empregados no setor agrícola, já na região Norte o aumento nas remunerações é na ordem de 16,58% e na região Centro-Oeste observa-se redução nas remunerações dos trabalhadores empregados no setor industrial comparativamente aquele empregados em atividades agrícolas, de tal forma que os primeiros ganham 8,26% menos do que os segundos.

Tal fato pode ser compreendido pelo grande destaque das atividades agrícolas no Centro-Oeste brasileiro, que passou a ser a principal fronteira agrícola brasileira e atualmente é responsável por grande parte da produção de cereais e grãos no país. Por outro lado, os resultados obtidos para as regiões Sudeste e Norte são compatíveis com os dados encontrados no estudo realizado por Saboia e Kubrusly (2008). De acordo com os autores, o setor industrial apresenta forte heterogeneidade regional, entretanto, ainda que a região Sudeste exerça superioridade no setor em comparação a outras regiões do país, a região Norte vem apresentando níveis de desenvolvimento industrial compatíveis com regiões de destaque nesse setor.

Para o setor de construção, foram significativos apenas os coeficientes da região Sudeste e Norte, sendo que na primeira localidade estar inserido no setor de construção gera elevação nos rendimentos de 21,59% em relação à categoria base (agricultura) e na segunda localidade aumento de 26,08%, de tal forma que a região Norte oferece ganhos salariais 4,49 pontos percentuais maiores do que a região Sudeste.

O setor de comércio obteve coeficientes estatisticamente significativos para as três regiões em análise, entretanto, enquanto as regiões Sudeste e Norte apresentaram sinais positivos para o coeficiente dessa variável, a região Centro-Oeste apresentou sinal negativo para o mesmo. Dessa forma, os resultados apontam que, em comparação ao setor agrícola, indivíduos empregados no setor de comércio recebem melhores remunerações na ordem de 6,13% no Sudeste e 15,82 no Norte, enquanto no Centro-Oeste estar inserido nesse setor gera redução dos rendimentos na magnitude de 7,98%.

Por sua vez, a participação no setor de serviços apresenta coeficientes estatisticamente significativos e sinais positivos para todas as regiões estudadas. Para o Sudeste brasileiro, tomando como setor base o setor agrícola, estima-se que estar inserido no mercado de trabalho no setor de serviços gera um aumento nas remunerações de

20,39%, enquanto no Norte esse aumento é de 31,74% e no Centro-Oeste de 5,78%. Entre as regiões é possível observar grande diferencial na magnitude dos coeficientes das variáveis, ao passo que, na região Norte a elevação de rendimentos é maior do que a alcançada no Sudeste e Norte em 11,35 e 25,96 pontos percentuais.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), o setor terciário da economia brasileira, ou seja, o setor de serviços e de comércio demonstra crescente relevância na economia brasileira sendo que, nos últimos anos a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) foi influenciada significativamente pelo setor, sendo o Sudeste responsável pela maioria das empresas e trabalhadores empregados no setor.

A região censitária na qual o indivíduo reside também é significativa para explicar os rendimentos do trabalho e como o coeficiente da variável *Urbn* se mostrou estatisticamente significativa para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, é possível concluir que nas três localidades analisadas morar em região urbana gera elevação nos rendimentos obtidos comparativamente a residir em zona rural.

Esses ganhos de rendimentos são na ordem de 34% para o Sudeste, 31,07% para o Centro-Oeste e 14,43% para o Norte, o que indica a existência de melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho em regiões urbanas, bem como de melhores remunerações sendo que tal relação de predominância em relação à área rural condiz com os resultados encontrados por Santos Junior (2002), Silva (2008) e Santos e Ferreira (2007).

Mais um fator de localização espacial que se mostrou relevante para determinar os rendimentos dos trabalhadores foi questão de residir em regiões metropolitanas. Os coeficientes foram estatisticamente significativos e apresentaram sinais positivos no Sudeste e Centro-Oeste, sendo que na região Sudeste o trabalhador que reside em região metropolitana alcança rendimentos 22,38% maiores do que aqueles que moram em regiões não-metropolitanas, enquanto na região Centro-Oeste essa elevação é na ordem de 40,56%. De forma oposta, a região Norte apresenta sinais negativos para o coeficiente da variável, o que indica que os trabalhadores que residem em regiões metropolitanas obtêm remunerações 3,40% menores do que aqueles que estão alocados em áreas não-metropolitanas.

Outro fator relevante para determinação dos rendimentos obtidos na região Sudeste é o fato do trabalhador pertencer a um sindicato, de tal modo que coeficiente alcançou significância estatística para todas as regiões, bem como sinais positivos que

indicam ganho nos rendimentos em razão do pertencimento a algum sindicato. Para o Sudeste, essa elevação nos rendimentos foi de 11,28%, no Centro-Oeste de 15,14% e no Norte de 9,28%, resultados que estão de acordo com os pressupostos estabelecidos de que trabalhadores sindicalizados possuem maior chance de inserção no mercado de trabalho formal e que são verificados nos trabalhos realizados por Tannuri-Pianto e Pianto (2002) e Loureiro, Araújo e Souza (2013).

Segundo os autores, essa tendência pode ser explicada pela maior probabilidade de um trabalhador sindicalizado exercer trabalho formal, já que segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o trabalho informal é caracterizado pela ausência de condições de trabalho reconhecidas, protegidas ou reguladas.

Por outro lado, a variável de contribuição para a Previdência, que também se mostrou estatisticamente significativa para o Sudeste, Centro-Oeste e Norte brasileiros, apresenta sinais negativos que sinalizam para insatisfação de parte dos trabalhadores em relação ao sistema previdenciário brasileiro. Segundo os resultados obtidos, contribuir para a Previdência gera redução das remunerações dos trabalhadores na ordem de 9% no Sudeste, 7,33% no Centro-Oeste e 14,11% no Norte do país.

De acordo com Sasaki e Vasques-Menezes (2012), a contribuição para a Previdência também esbarra no desejo de obter rendimentos mais altos pela subtração das contribuições e dos impostos, o que, somado à intermitência do trabalho e da renda, causa desestímulo de contribuir. O estudo realizado pelas autoras conclui que foi comum entre os trabalhadores entrevistados a declaração de que os mesmos obtêm maiores rendimentos na atividade informal do que na mesma atividade com carteira assinada, o que justifica os resultados encontrados que apontam para menores rendimentos em razão do indivíduo contribuir para a Previdência.

Por fim, o variável *Lambda* foi estatisticamente significativa nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte indicando que a inclusão da razão inversa de Mills foi relevante para a correção do problema de viés de seleção amostral na análise.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca dos determinantes dos rendimentos do trabalhador no mercado de trabalho e da existência de diferenciação entre os mesmos quando são consideradas características não produtivas para determinação de seus salários é extenso e a literatura apresenta resultados que apontam para a real distinção entre os assalariados em virtude de características que não tem relação com sua capacidade produtiva.

Entretanto, é notório o pequeno foco dado a estudos que enfatizem questões discriminatórias para além de características de sexo e raça e que levem em consideração as peculiaridades intrínsecas àqueles trabalhadores que, em busca de melhores condições econômicas e colocações mais satisfatórias no mercado de trabalho, realizam o processo migratório para novas regiões brasileiras.

Ainda que nos últimos anos tenham ocorrido mudanças nos padrões migratórios brasileiros, a cultura nacional de migração permanece intensa em razão das grandes discrepâncias regionais observadas ao longo do território. Um percentual considerável da população se desloca mesmo que acometida por uma nova realidade que lhes exige um processo de adaptação que muitas vezes encontra barreiras na discriminação sofrida em virtude da região da qual se originaram.

Diante desse contexto, o presente trabalho estudo buscou, além da determinação dos principais fatores impactantes no rendimento do trabalhador, identificar o diferencial de ganho entre os trabalhadores nativos e imigrantes, dando ênfase não apenas ao fato de o indivíduo ser imigrante, mas em especial à região da qual ele se originou. Ademais, a análise permite que sejam identificadas quais das regiões de maior atração de mão-de-obra imigrante são mais receptivas na absorção dessa força de trabalho.

Para atingir os objetivos descritos acima foram estimadas Equações de Rendimento de Mincer, e para correção do viés de seletividade foi realizado o Procedimento de Heckman para cada uma das regiões previamente identificadas como maiores receptoras de imigrantes: Sudeste, Centro-Oeste e Norte, sendo utilizados para tal os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2015.

Os resultados encontrados para a região Sudeste, Centro-Oeste e Norte sugerem que, para os trabalhadores de forma geral, fatores relacionados à educação e à experiência se revelam impactantes nos rendimentos, de tal forma que maiores níveis de escolaridade geram maiores retornos, assim como maiores níveis de experiência. Entretanto, o retorno

positivo da experiência está limitado a um ponto de máximo indicado pelo sinal negativo obtido pelo coeficiente da variável experiência elevada ao quadrado.

O fator relacionado à etnia apresenta o mesmo padrão entre as regiões analisadas. No Sudeste, Centro-Oeste e Norte ser trabalhador de cor branca gera elevação nos rendimentos de no mínimo 10% entre as regiões, o que sinaliza a permanência de padrão discriminatório em virtude da cor. Além disso, em todas as regiões trabalhadores do sexo masculino recebem, em média, melhores rendimentos, sendo a região Norte a que apresenta menores hiatos entre os trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino.

Para todas as localidades analisadas, ser trabalhador do setor de serviços gera impactos positivos nos rendimentos, bem como exercer tal atividade em regiões urbanas ou metropolitanas além de ser um trabalhador sindicalizado.

Enfim, o impacto de ser imigrante no rendimento dos trabalhadores, apresenta características próprias para cada uma das regiões. Na região Sudeste, ser imigrante das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte gera elevações salariais, denotando uma seleção positivas dos mesmos e conseqüentemente uma distinção em relação aos trabalhadores nativos da região. Entretanto, ser imigrante originário da região Nordeste gera reduções salariais significativas para os trabalhadores, o que caracteriza a existência de discriminação contra os imigrantes dessa origem.

Na região Centro-Oeste os imigrantes das regiões Sudeste e Sul obtêm maiores rendimentos em relação aos trabalhadores nativos da região, e assim como observado para o Sudeste, os trabalhadores imigrantes de origem nordestina são mais uma vez penalizados com reduções nos rendimentos.

Por sua vez, a região Norte embora não apresente o mesmo padrão de decréscimo nos rendimentos em relação ao imigrante da região Nordeste, e que todos os imigrantes sejam positivamente selecionados, apresenta um padrão distintivo em relação aos trabalhadores da própria região. Além disso, é possível perceber que, em relação às demais origens ainda perdura um cenário de diferenciação em relação aos imigrantes nordestinos uma vez que a elevação nos rendimentos obtida pelos mesmos é inferior às demais.

Quando as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte são comparadas, é possível concluir que, de forma geral, o norte brasileiro é a região que oferece menores entraves à inserção da mão-obra migrante no mercado de trabalho, pois é a única localidade que não

penaliza os imigrantes nordestinos com menores rendimentos, enquanto o Sudeste e Centro-Oeste brasileiros discriminam imigrantes dessa origem.

De forma geral, os resultados encontrados evidenciam a existência de diversas formas de penalização no mercado de trabalho brasileiro. Essa diferenciação ocorre em função da cor e gênero do indivíduo, em razão da origem do imigrante e em relação aos nativos das regiões, visto que, com exceção dos imigrantes nordestinos que migraram para o Norte, os imigrantes obtiveram rendimentos maiores comparativamente aos nativos, entretanto, algumas limitações podem ser destacadas no presente estudo.

Ainda que o estudo capte a presença desse tipo de comportamento em relação aos imigrantes da região Nordeste, o quesito utilizado para determinar o que seria considerado um imigrante não permite que sejam analisados outros tipos de migração representativos na atualidade nem mesmo a discriminação sofrida por esses outros tipos de imigrantes no mercado de destino. São exemplos de fenômenos migratórios desconsiderados na presente análise a migração de retorno (regresso do migrante ao local de origem), migrações pendulares (movimento diário realizado dentro de um espaço geográfico limitado) e migrações sazonais (mudança de localidade não é fixa e se perdura por tempo relativamente curto).

Além disso, o estudo não realizado não é capaz de captar tal tendência em relação aos movimentos que ocorrem dentro da mesma região (entre os estados componentes) e o diferencial de rendimentos que ocorre nos movimentos migratórios que se originam no interior do estado e tem como destino as regiões metropolitanas e grandes cidades.

Dessa forma, fica como sugestão para trabalhos futuros uma utilização mais ampla do conceito de migrante a fim de fornecer um panorama ainda mais completo das condições de inserção no mercado de trabalho daqueles que optam pelo deslocamento.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. Ciência e cultura, 2006.

ARANHA, Valmir; JANNUZZI, Paulo de Martino. Migração em São Paulo: evidências e hipóteses da redução da intensidade migratória. Anais, 2016

ASSIS, Gláucia. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros. Editora Mulheres, 2011.

AUTOR, David. The Economics of Discrimination –Theory. Graduate Labor Economics I, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2003.

BAENINGER, Rosana. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos Anais, p.1-14, 2016.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. Rev. Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2012.

BATISTA, Natalia Nunes Ferreira; CACCIAMALI, Maria Cristina. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 1, p. 97-115, 2009.

BAPTISTA, Emerson Augusto; CAMPOS, Jarvis; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. Anais, p. 1-19, 2016.

BECKER, Gary, S. The economics of discrimination. 1957.

BRAGA, Fernando; MATOS, Ralfo. Quem são os migrantes das metrópoles? Uma análise comparativa das pessoas que entraram e saíram das regiões metropolitanas brasileiras. GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n. 11, p. 59-81, 2017.

BRANCHI, Bruna; BARRETTO Vanessa Vital. Mercado de trabalho, desigualdade de renda e migração: o caso da Região Metropolitana de Campinas. Perspectiva Econômica 6.1, p. 63-90, 2010.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? Anais, p. 1-44, 2016.

CAIN, Glen G. The economic analysis of labor market discrimination: A survey. Handbook of labor economics, 1984.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e sociedade*, v. 8, p. 101-139, 1997.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 18, n. 35, p. 11-43, 2010.

CASTLES, Stephen. Por qué fracasan las políticas migratorias. *Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones*, n. 15, p. 147-184, 2004.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial*, Brasília, 2015.

CHADAREVIAN, Pedro C. Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2009.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. *Migração feminina: familiar ou autônoma? Observações sobre as mulheres que migram solteiras e separadas. Anais*, 2016

CUNHA, JPM. São Paulo apresenta migração negativa. *Consciência*, São Paulo, n. 07, 2006.

CUNHA, JMP da; BAENINGER, Rosana. *A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças*, 2000.

DA CUNHA, José Marcos Pinto; JAKOB, Alberto Augusto Eichman. *Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. Anais*, p. 1-29, 2016.

DA SILVA, Tatiana de Fátima Bruce; NETO, Raul da Mota Silveira. *Migração e seleção no Brasil: evidências para o decênio 1993-2003. CEP*, v. 50670, p. 901, 2005.

DE OLIVEIRA, Kleber Fernandes; JANNUZZI, Paulo de Martino. *Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino*, 2004.

DE SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira; MAGALHÃES, André Matos; NETO, Raul da Mota Silveira. *Fluxo migratório para a região pobre: quem são os seus migrantes? Anais*, 2016.

DE SOUZA, Solange de Cassia Inforzato; MAIA, Katy; FUIZA-MOURA, Flavio Kaue; GOMES, Rogério Magno; DA SILVA, Renato José. *Diferenças Salariais Por Gênero E Cor E O Impacto Da Discriminação Econômica*, p 32-49, 2015.

DE PAIVA TOCANTINS, Victor Paulo Archanjo; CASARI, Priscilla. *Evolução da inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste entre 2000 e 2010. Revista de Economia do Centro-Oeste*, 2016.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1995.

FERREIRA, Rodrigo Nunes; MATOS, Ralfo. Migração de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências da reestruturação territorial, 2004.

FERREIRA, Marília de Faria; MOREIRA, Pedro Henrique Monteiro. Fatores associados à mobilidade espacial no Brasil: uma análise do perfil do migrante recente. 2012.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; SANTOS, Cezar. Migração e distribuição regional de renda no Brasil. 2007.

FILHO, Ricardo; DO MOMNTE, Paulo Aguiar; MICELI, Marcio. Um estudo comparativo das disparidades salariais entre os migrantes nordestinos e os nativos paulistas no mercado de trabalho de São Paulo. *Revista de Economia* 35.1, 2009.

FUSSELL, Elizabeth. Hurricane chasers in New Orleans: Latino immigrants as a source of a rapid response labor force. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 2009.

GAMA, Luiz Carlos Day; MACHADO, Ana Flávia. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.

GOLGHER, André Braz. Os determinantes da migração e diferenciais entre imigrantes e não-imigrantes em Minas Gerais, 2001.

GOLGHER, André Braz. Diagnóstico do processo migratório no Brasil 1: comparação entre não-migrantes e migrantes, 2006.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997.

HAIR, Joseph; ANDERSON, Ralph; TATHAM, Ronald; BLACK, Willian. *Multivariate data analysis*. 17ª Edição, 2009.

HECKMAN, James Joseph. *Statistical models for discrete panel data*. Department of Economics and Graduate School of Business, University of Chicago, 1979.

JANNUZZI, Paulo. Diferenciais inter-metropolitano e inter-regionais de renda, distribuição de renda e gastos familiares entre migrantes e não migrantes, 1996.

JUSTO, Wellington Ribeiro; NETO, Raul da Mota Silveira. Quem são e para onde vão os imigrantes no Brasil? O perfil do migrante interno brasileiro. *Revista da ABET* 8.1, 2009.

KENNEDY, Peter. *Sinning in the Basement: What Are the Rules? The Ten Commandments of Applied Econometrics*. *Journal of Economic Surveys*, Wiley Blackwell, vol. 16: 569-589, 2009.

KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. Travessias na desordem mundial.

KRUEGER, James S.; LEWIS-BECK, Michael S. Is ols dead? The Political Methodologist, 2008.

LALONDE, Robert J; TOPEL, Robert H. The assimilation of immigrants in the US labor market. Immigration and the workforce: Economic consequences for the United States and source areas. University of Chicago Press, p.67-92, 1992.

LEWIS-BECK, Michael. Applied Regression: an introduction. Series Quantitative Applications in the Social Sciences. SAGE University Paper, 1980

LOUREIRO, Paulo RA. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. Revista Brasileira de Economia 57.1, p. 125-157, 2003.

MACIEL, Francieli Tonet; DA CUNHA, Marina Silva. Migração e diferenciais de rendimento no Brasil: uma análise sobre o efeito do tempo de chegada ao local de destino. Revista Econômica do Nordeste, v. 44, n. 3, p. 627-650, 2016.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

MEIRE VILELA, Elaine. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 1, 2011.

MENDONÇA, Laís Maranhão Santos. Imigração e trabalho: luta por reconhecimento dos imigrantes no brasil-análise da participação social dos imigrantes na 1ª conferência municipal de políticas para imigrantes de São Paulo, 2014.

MINCER, Jacob. Investment in human capital and personal income distribution. The Journal of Political Economy, p. 281-302, 1974.

MINCER, Jacob. Solomon. Family investments in human capital: Earnings of women. Journal of political Economy, v. 82, n. 2, Part 2, p. S76-S108, 1974.

MOURA, Hélio Augusto; MOREIRA, Morvan de Mello. A População da Região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 215-238, 2010.

OLIVEIRA, Juarez de Castro. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1996.

PEREIRA, Rafael Mesquita; DE OLIVEIRA, Cristiano Aguiar. Os diferenciais de salário por gênero no Rio Grande do Sul: uma aplicação do modelo de Heckman e da decomposição de Oaxaca-Blinder. Redes 21.1, p. 148-173, 2016.

PIORE, Michael J. Qualitative research techniques in economics. Administrative Science Quarterly 24.4, p. 560-569. 1979.

RIBEIRO, Eduardo P.; BASTOS, Viviane M. Viés de seleção, retornos à educação e migração no Brasil. Encontro Brasileiro de Econometria, v. 26, p. 1-19, 2004.

RODRIGUES, Karla Cristina Tyskowski Teodoro. Diferencial salarial segundo a condição de migração e gênero nos estados da região sul do Brasil. Economia & Região 4.1, p.7-23, 2016.

SABOIA, João; KUBRUSLY, Lucia. Diferenciais regionais e setoriais na indústria brasileira. Economia Aplicada, v. 12, n. 1, p. 125-149, 2008.

SACHSIDA, Adolfo; DE CASTRO, Paulo Furtado; DE MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso; ALBUQUERQUE, Pedro H. Perfil do migrante brasileiro. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

SALVATO, Márcio Antônio; SILVA, Denis Gomes. O impacto da educação nos rendimentos do trabalhador: uma análise para região metropolitana de Belo Horizonte. Seminário sobre a economia mineira, XIII, Anais, 2008.

SANTIN, Valter Foletto. Migração e Discriminação de Trabalhador. Revista Argumenta Journal Law, v. 7, n. 7, p. 131-140, 2007.

SANTOS, César Augusto Ramos. Migração e distribuição regional de renda no Brasil, 2007.

SANTOS JUNIOR, Enestor da Rosa dos. Migração e seleção: o caso do Brasil. 2002.

SASAKI, Maria Amélia; MENEZES, Ione Vasques. Trabalhador informal e Previdência Social: o caso dos trabalhadores por conta própria de Brasília. 2012.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. The American economic review, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SILVA, Uvanderon Vitor da. Velhos caminhos, novos destinos: migrante nordestino na região metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

SOARES, Aparecido. Migração de retorno num contexto de crises, mudanças e novos desafios. Rio de Janeiro, ENCE, 2000.

SOARES, Sergei Suarez Dillon; FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana. Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v. 2, 2007.

STÜLP, Valter José. Efeitos dos setores econômicos e da escolaridade sobre o rendimento do trabalho no Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, n. 1, p. 99-117, 2006.

TANNURI-PIANTO, Maria; PIANTO, Donald. Informal employment in Brazil-a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach. 2002.

ULYSSEA, Gabriel. Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica. 2007.

VILELA, Elaine Meire. Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro, 2008.

WAQUIL, Paulo Dabdab; DE MATTOS, Ely José. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. Ensaios FEE, 2002.

ANEXO – RESULTADO DAS ESTIMAÇÕES DAS EQUAÇÕES DE SELEÇÃO

Tabela A.1- Resultados das equações de seleção para o Centro-Oeste

Variável	Coefficiente	Desvio Padrão	P > t
Estcivil	-0,1156	0,4693	0,014
Filhos	-0,0304	0,0229	0,184
Efund	-0,2936	0,0760	0,000
Efund2	-0,3577	0,0637	0,000
Emed	-0,2772	0,0615	0,000
Experiência	0,0615	0,0053	0,000
Experiência ²	-0,0011	0,0009	0,000
CBranca	0,0511	0,0509	0,316
Masc	0,5909	0,0667	0,000
Região Metropolitana	0,4297	0,0941	0,000
Região Urbana	1,2672	0,0804	0,000
Origem Região Sudeste	0,2480	0,0752	0,001
Origem Região Sul	0,2689	0,1040	0,010
Origem Região Nordeste	0,1447	0,0904	0,110
Origem Região Norte	0,1473	0,1299	0,257
Constante	0,1638	0,10697	0,126

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela A.2- Resultados das equações de seleção para o Sudeste

Variável	Coefficiente	Desvio Padrão	P > t
Estcivil	-0,1609	0,0315	0,000
Filhos	-0,0877	0,0148	0,000
Efund	-0,4168	0,0500	0,000
Efund2	-0,3133	0,0436	0,000
Emed	-0,2323	0,0370	0,000
Experiência	0,0538	0,0037	0,000
Experiência ²	-0,0009	0,0007	0,000
CBranca	0,0914	0,0327	0,005
Masc	0,3542	0,0402	0,000
Região Metropolitana	0,3825	0,0415	0,000
Região Urbana	1.1083	0,0564	0,000
Região Centro-Oeste	0,0991	0,0796	0,213
Região Sul	0,1701	0,1186	0,152
Região Nordeste	0,1760	0,0973	0,071
Região Norte	0,2455	0,1804	0,174
Constante	0,3293	0,1088	0,003

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela A.3- Resultados das equações de seleção para o Norte

Variável	Coefficiente	Desvio Padrão	P > t
Estcivil	0,0913	0,0371	0,014
Filhos	-0,1221	0,0165	0,000
Efund	-0,3640	0,0567	0,000
Efund2	-0,3095	0,0573	0,000
Emed	-0,0027	0,0534	0,959
Experiência	0,0664	0,0045	0,000
Experiência ²	-0,0012	0,0008	0,000
CBranca	0,1150	0,0518	0,027
Masc	0,6170	0,0554	0,000
Região Metropolitana	0,4561	0,0780	0,000
Região Urbana	1.2762	0,0744	0,000
Região Sudeste	0,0310	0,1142	0,786
Região Sul	0,2464	0,1346	0,068
Região Nordeste	-0,0070	0,1052	0,947
Região Centro-Oeste	-0,0919	-0,0919	0,327
Constante	-0,1708	-0,1708	0,188

Fonte: Resultados da pesquisa.